



CURSO PREPARATÓRIO

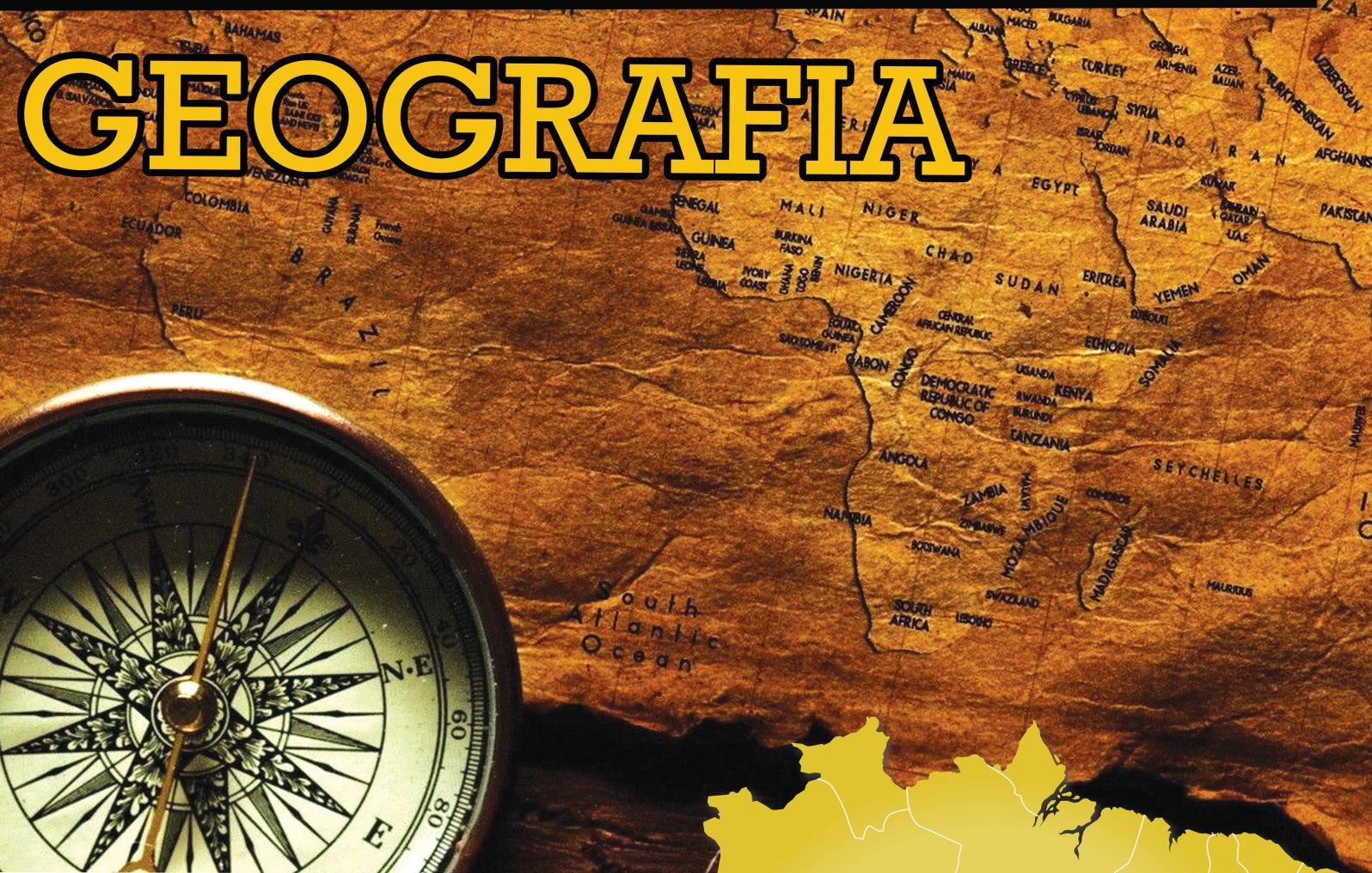
CIDADE

www.cursocidade.com.br



CONHECIMENTOS GERAIS

GEOGRAFIA



Geografia

G05	Modelo econômico brasileiro	2
G06	A população brasileira	12
G07	Políticas territoriais e regionais	29



MODELO ECONÔMICO BRASILEIRO

O processo de industrialização, o espaço industrial, energia e meio ambiente, os complexos agroindustriais e eixos de circulação e custos de deslocamento.

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

No estudo da geografia da atividade industrial brasileira é possível afirmar que o início do processo de industrialização no país está relacionado com o modelo de desenvolvimento das nações que determinavam a geopolítica do fim do século XIX e início do século XX. Até então a maior parte das atividades econômicas nacionais estavam ligadas aos extrativismos vegetal, mineral e animal, nas práticas agrícolas e na pecuária. As cidades importantes estavam concentradas no litoral com funções político-administrativas e portuárias, visando atender ao modelo agro-exportador e comercial vigente.

As pequenas e poucas cidades que haviam se desenvolvido no interior do território tinham a função de pontos de trocas comerciais ligadas por uma rede de caminhos por onde circulavam tropas, mercadorias e pessoas que trabalhavam para produtores de café, gado, alimentos. Como exemplo do Caminho de Viamão, que ligava o sul ao sudeste do país.

Os impactos da Primeira Guerra Mundial (1914-1917), provocados pela crise das potências imperialistas industriais da Europa, produziram a recessão econômica mundial que culminou na “Crise de 1929”, impulsionando grandes modificações na economia e na política brasileira. Nas décadas de 1930-1954, o enfraquecimento do poder dos grupos econômicos agrários que dominavam o país, como o dos cafeeiros, mineradores, criadores de gado e a necessidade de abastecimento interno de bens e mercadorias, definiu as condições históricas do início do processo de industrialização, sobretudo na Região Sudeste.

No entanto, é na década de 50, com o então presidente Juscelino Kubitschek, que, no Brasil, começa uma aceleração do processo de industrialização, com a implantação da indústria automobilística, expansão siderúrgica, construção de grandes hidrelétricas etc.

Porém no período compreendido entre 1968 e 1974, aconteceu maior crescimento econômico no país, o chamado “milagre econômico”. Para este crescimento, o Estado desempenhou um papel fundamental, efetuando mudanças na política econômica, entre elas o combate à inflação e atração de empresas multinacionais para implementar uma política de industrialização que substituisse as importações.

Incentivo às exportações de produtos agrícolas, minerais e manufaturados e a abertura da economia nacional ao capital estrangeiro, também, foram mudanças ocorridas no período, acarretadoras do crescimento econômico.

Neste mesmo período, mediada pela ação do Estado Nacional, houve forte aceleração na urbanização do país e a criação de importantes áreas industriais, provocando profundas transformações sociais e espaciais no urbano de determinados locais.

O fortalecimento de um Estado Nacional e o desenvolvimento industrial foram impulsionados a partir dos investimentos na infra estrutura do país com a construção de uma grande malha rodoviária e ferroviária ligando várias cidades e avançado em direção ao interior com vistas à matéria prima. A construção de hidrelétricas para o fornecimento de energia e a formação de empresas estatais principalmente nas áreas de minas e energia, consolidaram o modelo produtivo industrial.

A revolução técnico-científica, que começa na década de 70, faz com que o país abandone gradativamente a industrialização baseada na substituição de importações. As empresas passaram a adotar novas tecnologias como a informática, a biotecnologia, a robótica e a química fina como modelo econômico, então não devem produzir somente para uma mera substituição a produtos importados, devem ser competitivas e devem buscar ampliar a produção e o mercado.

O ESPAÇO INDUSTRIAL BRASILEIRO

A origem do processo industrial brasileiro teve como ambiente favorável a região Sudeste. Vários fatores contribuíram para isto como por exemplo, a concentração demográfica e de capital; a presença de redes viárias; o mercado consumidor; a abundância de mão de obra; o aproveitamento do potencial hidrelétrico; a proximidade dos portos de Santos e do Rio de Janeiro, onde se encontrava a sede político-administrativa do país.

A expansão industrial encontrou melhores condições em São Paulo, com a formação do ABCD (Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema) e em direção noroeste onde surgiram os centros industriais de Jundiaí, Campinas, Piracicaba, Americana, São Carlos, Ribeirão Preto e Bauru.



SEDE DA VOLKSWAGEM EM SÃO PAULO

O Rio de Janeiro tornou-se a segunda maior área industrial do país, expandindo-se para as cidades de Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis e Nova Iguaçu. As indústrias de transformação concentram a grande parte da produção e dividem-se entre Indústrias de bens de produção intermediárias ou de bens de consumo.

A Região Sul recebeu fluxos migratórios que formaram zonas de colonização alemãs, italianas e eslavas, com um conhecimento mais qualificado, pois a Europa já tinha iniciado a sua industrialização muito antes, isto favoreceu a formação de um empresariado regional.

As cidades de Caxias do Sul e Bento Gonçalves desenvolveram as vinícolas; em Novo Hamburgo e São Leopoldo, próximo à Porto Alegre formaram-se as fábricas de artigos de couro e calçados. Na cidade de Canoas, há a concentração da indústria metalúrgica, química e material elétrico.

O surgimento da Cidade Industrial de Curitiba na década de 70 também atrai indústrias mecânicas, alimentares e madeireiras e no Vale do Itajaí, as cidades de Joinville, Brusque e Blumenau se especializaram nas fábricas de tecidos.



CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA

Na Região Nordeste, a indústria moderna de bens de consumo duráveis e bens intermediários se implantou na região após a criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), em 1960. Com a criação do Pólo Petroquímico de Camaçari e do Distrito Industrial de Aratu a Bahia se transforma em fornecedora de matérias primas para a indústria petroquímicas e químicas

e também na fabricação de bens de consumo duráveis. A construção de um distrito Industrial em Recife (Jaboatão, Cabo e Paulista), também é marcada pelas indústrias de bens duráveis. Esta relativa industrialização do Nordeste não representou a absorção da mão de obra local e também não significaram o aumento do consumo da população do Nordeste.

Na Região Norte, a construção da Zona Franca de Manaus em 1967, pretendia transformar a Amazônia em um Porto Livre para importações e exportações. Para tal, o Estado incentivou com isenção de impostos. As principais indústrias a se instalarem na Zona Franca foram as eletroeletrônicas seguidas das indústrias mecânicas e de materiais para transporte. Porém os altos custos de produção nacional e da abertura econômica vêm prejudicando o funcionamento desta atividade.



ZONA FRANCA DE MANAUS

A indústria predominante no Brasil é a de Bens de Consumo e quanto à origem do capital, dividem-se em três tipos:

- **Empresas Privadas Nacionais** – os investimentos do Estado possibilitaram o surgimento de capitais privados que se mativeram fortes até as primeiras décadas deste século, porém perdeu força à medida em que o capital estrangeiro era investido no país.
- **Empresas Multinacionais** – após 1945, um grande número de empresas estrangeiras se instala no Brasil, principalmente na produção de bens duráveis, não-duráveis e de capitais.
- **Empresas Estatais** – após a Segunda Guerra, o fortalecimento do Estado Desenvolvimentista necessitou de investimentos em energia, transportes, comunicação e sistemas de crédito; surgem as primeiras empresas como Petrobras, CSVRD – Companhia Siderúrgica Vale do Rio Doce, CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, etc.



PLATAFORMA
DA PETROBRAS

A indústria de bens de consumo se instalou em outras regiões, na busca de mercados consumidores.

PRODUÇÃO ENERGÉTICA E MEIO AMBIENTE

Como vimos anteriormente, o processo de industrialização do Brasil refletiu as transformações na economia e política mundial. Entre as questões estratégicas para que um país consolide sua base na economia industrial, um dos fatores determinantes é sua capacidade de geração de energia, obtida a partir do potencial natural e tecnológico de uma nação.

Em relação às condições naturais, a estrutura geológica do Brasil é privilegiada em comparação com outros países. O potencial hidrelétrico brasileiro é elevado, as possibilidades de obtenção de energia usando a biomassa como parte primária é enorme e a produção do petróleo e gás natural vêm aumentando gradualmente. O que falta para atingir a autossuficiência energética é a política energética com planejamento e execução bem intencionados. No setor petrolífero o Brasil se tornou autossuficiente nas últimas décadas. A demanda total de energia no Brasil, também denominada de Oferta Interna de Energia (OIE), em 2006, atingiu 226,1 milhões de tep (toneladas equivalentes de petróleo), montante 3,4% superior à demanda verificada em 2005 e equivalente a cerca de 2% da energia mundial.

O aumento na demanda total por energia se deu com incremento no uso das fontes renováveis (hidráulica, biomassa e outras). De fato, houve crescimento de 4,7% na energia proveniente dessas fontes, enquanto que as não-renováveis cresceram 2,4% (petróleo e derivados, gás natural, carvão mineral e urânio). Com isso, a energia renovável passou a representar 45,1% da Matriz Energética Brasileira de 2006.

Chama atenção a enorme participação de fontes renováveis na Matriz Energética Brasileira (45,1%) quando comparada com a média dos países da OECD (6,2%) e com a média mundial (12,7%).



Fonte: Ministério das Minas e Energia - 2006

O Petróleo e Seus Derivados

O primeiro poço de petróleo perfurado em território nacional ocorreu em 1938, localizado no município de Lobato, na bacia do Recôncavo Baiano. Mais tarde, com a criação do CNP (Conselho Nacional de Petróleo), o governo passou a planejar, organizar e atuar como órgão gestor no setor petrolífero. Em 1953, o presidente Getúlio Vargas criou a Petrobras e instituiu o monopólio estatal na extração, transporte e refino de petróleo no Brasil.

Com a crise do petróleo, em 1973, houve a necessidade de se aumentar a produção interna para diminuir o petróleo importado, mas a Petrobras tinha baixa capacidade de investimento. Diante dessa realidade, o governo autorizou a extração por parte de grupos privados, através da lei dos contratos de risco. Foram feitos dez contratos com empresas nacionais e estrangeiras, mas nenhuma achou petróleo.

Em 1995, foi quebrado o monopólio da Petrobras na extração, transporte, refino e importação de petróleo e seus derivados. O estado pode contratar empresas privadas ou estatais que queiram atuar no setor. Na atualidade a Petrobras possui treze refinarias, onze delas pertencendo a União.

O Brasil é autossuficiente no setor, precisando importar pequenas quantidades que não são produzidas internamente. O petróleo sempre é refinado junto aos centros consumidores, diminuindo os gastos com transportes.

Uma importante bacia petrolífera foi descoberta recentemente em alto-mar, na plataforma continental de Campos, litoral norte do Estado do Rio de Janeiro. Essa bacia será a maior responsável pela produção nacional de petróleo, considerando a produção nos estados de Alagoas, Sergipe e Bahia, que juntos são responsáveis por cerca de 14% da produção do petróleo bruto. No continente, a área mais importante é Mossoró, seguida do Recôncavo Baiano.

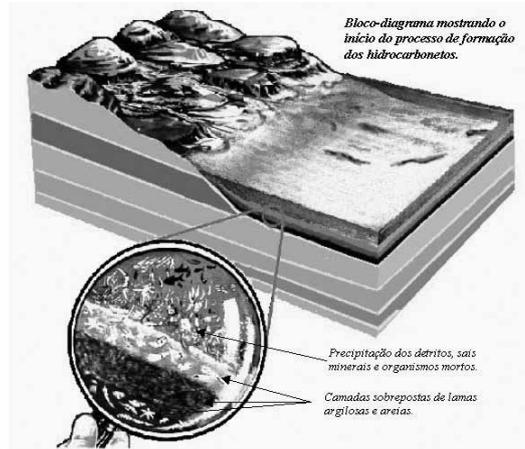
A Formação do Petróleo

O petróleo é um hidrocarboneto, um composto de hidrogênio e carbono resultante da transformação de matéria orgânica vegetal ou animal.

Ele teve sua formação em terrenos sedimentares depositados, em especial na Era Cenozóica, a mais recente das eras que iniciou há cerca de 70 milhões de anos. Desta composição retira-se combustível, que pode ser transformado em energia

elétrica nas usinas termelétricas, ou vendido na forma de gasolina, querosene e óleos automotivos. Fornece material para as indústrias químicas, de plásticos, asfalto, borracha e indústria petroquímicas de materiais. Portanto, constituiu-se na atualidade no recurso básico das sociedades industriais modernas.

FORMAÇÃO DO PETRÓLEO



No entanto, os resíduos gerados tanto pela queima deste combustível fóssil, como sua deposição em rios e solos, pela acumulação dos produtos a base de plástico na forma de lixo urbano ou industrial, são resultantes da produção, uso e descarte do petróleo. Os gases gerados pela combustão são acumulados na atmosfera produzindo efeitos nocivos à saúde e ao ambiente e contribuindo para o aquecimento global, atualmente considerado o maior problema ambiental do planeta. Portanto estamos diante de uma crise deste modelo que ao mesmo tempo nos ameaça e do qual dependemos diretamente em função desta fonte de energia fóssil.

Mais da metade do petróleo consumido no Brasil é gasto no setor de transporte, cujo modelo de desenvolvimento das vias de circulação nacional é o rodoviário. Essa opção é a que mais consome energia no transporte de mercadorias e pessoas pelo território.

Diante desta questão ambiental e econômica existe a necessidade de o país investir nos transportes ferroviários e hidroviários para diminuir custos e o consumo de uma fonte não-renovável de energia. Ao mesmo tempo desenvolver tecnologias de energias cada vez mais limpas, reduzindo desperdícios e reutilizando os materiais derivados do petróleo, garantindo menor impacto ao ambiente.

Energia Elétrica e Impactos Socioambientais

As usinas hidrelétricas suprem a produção de energia elétrica do país, necessitando de poucas usinas e outras formas de obtenção dessa energia. Em 1994, estimava-se que o país possuía potencial hidrelétrico em mais de 260 mil MW e a capacidade nominal instalada de produção encontrava-se na casa dos 60 mil MW de energia elétrica. Desse total,

90% era obtido em usinas hidrelétricas e 10% em termelétricas.

O Rio Grande do Sul e Santa Catarina possuem usinas termelétricas devido à disponibilidade de carvão mineral, tornando básicos os gastos com transportes. São Paulo utiliza usinas termelétricas e muitas usinas de açúcar e álcool estão usando a queima de bagaço da cana-de-açúcar como fonte primária para a produção de energia e tornaram-se autossuficientes. Estas formas de geração apresentam duas vantagens: o custo de instalação de uma usina termelétrica é bem menor do que de uma hidrelétrica, e a localização de uma usina hidrelétrica é determinada pela topografia do terreno, enquanto uma termelétrica pode ser instalada em locais mais convenientes.

No início da década de 1980, a produção de energia elétrica passou a receber grandes investimentos, por se tratar de fonte alternativa ao petróleo. A política governamental estabeleceu como prioridade a construção de grandes usinas. Estas obras causam grandes impactos sociais e ambientais quando analisamos seus aspectos técnicos e culturais. Usinas com grande potencial exigem a construção de uma enorme represa, que causa sérios danos ambientais nas áreas atingidas e seus entornos, além das faixas destinadas à instalação das redes de transmissão de energia.

O Álcool e os Óleos Vegetais

O álcool é uma fonte renovável de energia e sua queima em motores a explosão é menos poluentes, se comparada com a queima dos derivados do petróleo. Pode ser obtido a partir de inúmeras plantas como a cana-de-açúcar, beterraba, cevada, batata, mandioca, girassol, eucalipto e outras.

Em 1975, o Brasil criou o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), com a intenção de substituir o petróleo por outras fontes de energia. Os custos iniciais foram altos e onerosos ao governo e a partir de 1989, quando o governo diminuiu os



USINA DE ALCOOL - CRICIÚMA - SC

subsídios para a produção e consumo do álcool, o setor entrou em crise e o país passou a importar o combustível da Europa.

Foram oferecidos empréstimos a juros subsidiados aos maiores produtores de cana-de-açúcar, para que construíssem usinas de grande porte para a produção de álcool. Estas medidas provocaram alterações ocorridas no campo brasileiro. Por não estabelecer preço mínimo para a tonelada de cana-de-açúcar até 1989, os pequenos e médios produtores ficaram submetidos aos interesses de grandes usineiros que pagavam preços muito baixos pela cana-de-açúcar, levando milhares de pequenos e médios proprietários a falência, obrigando-os a vender suas terras, utilizando-se de trabalhadores diaristas na monocultura, provocando o êxodo rural e gerando impactos ambientais proporcionados pela atividade monocultora.

Com o desenvolvimento tecnológico obtido atualmente no setor automobilístico, o álcool tornou-se economicamente viável. Seu consumo está difundido por todo o Brasil, e seu transporte é feito em caminhões ainda movidos a óleo diesel pela não opção do combustível para motores maiores.

OS COMPLEXOS AGRO-INDUSTRIAIS DO BRASIL

A atividade agrícola brasileira passou por várias transformações ao longo da história que deixaram marcas profundas nas estruturas espacial, social, cultural e política, visíveis até os dias de hoje.

No período colonial a agricultura e o extrativismo tinham por meta fornecer para a metrópole um volume de produtos que seriam comercializados e consumidos. A agricultura da cana de açúcar se tornou a principal atividade econômica colonial. É neste momento que começa a se desenhar o mapa da estrutura fundiária brasileira e que se tornará um dos principais problemas políticos e sociais do Brasil. A economia agropecuária exportadora se tornou a principal fonte econômica do País até meados do século XX, quando ocorre uma forte aceleração industrial que transformará todas as relações de produção no campo.

A progressiva transformação do latifúndio

atrasado em uma moderna empresa rural é um processo que vem desde o fim do escravismo, com sucessivos rearranjos na marcha do capital industrial sobre o campo brasileiro da “fronteira agrícola”, exceto nas áreas próximas aos grandes centros de mercado.

Desde o início do processo de formação do espaço agrário brasileiro o país acarretou problemas agrários como a má distribuição de terra e a formação de uma exclusão social no campo. A evolução do capitalismo no campo contribuiu para a expropriação do trabalhador rural, pois a primeira fase da formação do espaço agrário já era marcada pela expropriação que se consolida a partir dos anos 60. Quanto à formação dos problemas agrários devemos lembrar que desde o descobrimento do Brasil as terras foram divididas de forma desigual e quando da implantação do capitalismo no campo há a formação de monoculturas que acabam por acumular grandes propriedades na mão de poucos, aqueles que atendessem a reprodução do capital.

A Estrutura fundiária Brasileira

O desenvolvimento do capitalismo exigiu do campo sua subordinação ao mundo urbano-industrial, necessitando cada vez mais de matérias primas para as indústrias de alimentos, levando para o campo as relações capitalistas de produção e desencadeando um processo que se conhece como modernização Agrícola, tendo como consequência: a mecanização, o avanço tecnológico e a enorme expansão de monoculturas.

Como vimos anteriormente, a estrutura fundiária brasileira é consequência do modelo de desenvolvimento imposto pelos países desenvolvidos, a distribuição da terra é desproporcional e concentra nas mãos de um pequeno número grandes porções do território nacional enquanto milhões de pequenos proprietários sobrevivem com pequenas áreas, insuficientes para garantir-lhes a sobrevivência.

Com a elaboração do Estatuto da Terra (1964), uma divisão entre módulos rurais, áreas de propriedade familiar onde as famílias empregam sua força de trabalho para garantir sua subsistência, e o progresso social e econômico, permitiu uma diferenciação dos imóveis rurais em quatro categorias:

ESTRUTURA FUNDIÁRIA - BRASIL - 1985 E 1995/6						
Grupos de área total (Hectare)	Censo Agropecuário		Censo Agropecuário			
	1985		1995/6			
	Nº de Estabelecimentos	Área (ha)	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Menos de 10 ha	3.064.822	9.986.636	2.402.374	49,66	7.882.194	2,23
De 10 a menos de 100 ha	2.159.890	69.565.160	1.916.487	39,61	62.693.586	17,73
De 100 a menos de 500 ha	457.762	90.474.373	411.557	8,51	83.355.220	23,57
De 500 a menos de 1.000 ha	59.669	40.958.296	58.407	1,21	40.186.297	11,36
Acima de 1.000 ha	50.411	163.940.461	49.358	1,02	159.493.949	45,10
TOTAL	353.611.246	353.611.246	353.611.246		353.611.246	

- **Minifúndio** - são áreas que possuem em média 20 a 30 hectares, nunca maiores que o módulo estabelecido na região, e correspondem a 72% dos imóveis rurais do país distribuídos em apenas 12% do total de áreas rurais.
- **Latifúndio por dimensão** - correspondem às áreas acima de 100 mil hectares, ou seja, de 600 módulos rurais, e ocupam 5% das terras agrícolas.
- **Latifúndio por exploração** - terras que têm finalidades especulativas ou são exploradas de forma deficiente; são áreas de 350 hectares, em média e abrangem 73% da área agrícola.
- **Empresa Rural** - são imóveis explorados de forma econômica, ocupando cerca de 10% da superfície ocupada pelas propriedades agrárias.

Na década de 70 passamos por um processo de expansão das fronteiras agrícolas em direção à Amazônia. A ocupação das terras devolutas e o desmatamento das florestas naturais tinham por objetivo implantar lavouras e a pecuária; este processo acelerou ainda mais os estabelecimentos de novos latifúndios e os conflitos agrários se tornaram cada vez mais periódicos e violentos. Contudo, a constituição de 1988 impede a desapropriação de propriedades produtivas.

A produção Agropecuária Nacional

O maior rebanho brasileiro sem dúvidas é o bovino, com aproximadamente 150 milhões de cabeças com objetivo de atender o mercado externo.

A produção pecuária é distribuída nas regiões da seguinte forma:

- Centro Oeste - 31,6%
- Sudeste - 23,5%
- Nordeste - 17,5%
- Sul - 16,4%

Os demais rebanhos estão distribuídos no território com as seguintes caracterizações:

- **Suínos** - A industrialização de derivados transformou a produção de suínos no segundo maior rebanho do país. Está distribuída nos Estados de Minas Gerais, Bahia, São Paulo e com maior expressão na Região Sul com cerca de 30% da produção nacional.
- **Ovinos** - O Rio Grande do Sul concentra mais de 50% do rebanho nacional, abastecendo de lã o mercado nacional.
- **Aves** - A criação de aves deixou de ser uma atividade familiar e passou a servir aos grandes frigoríficos nacionais com carnes e ovos. Concentra-se nos estados de São Paulo, Minas Gerais e na Região Sul.

Em relação ao extrativismo vegetal, a diversidade de florestas brasileiras possibilitaram também uma diversificação de produtos vegetais, entre eles

os mais importantes são a borracha, a castanha-do-Pará, a piaçava, o babaçu, a carnaúba, erva-mate e a madeira.

A pesca é uma atividade de expressão nacional devido ao imenso litoral brasileiro e a sua localização geográfica, a qual permite uma diversidade de espécies aquáticas que servem para o consumo humano.

OS EIXOS DE CIRCULAÇÃO E TRANSPORTES

No momento da definição dos espaços industriais nas regiões brasileiras as redes viárias de transporte tiveram fundamental importância, pois dependendo das distâncias das fontes de matérias-primas e também dos mercados consumidores, os meios de transporte a serem utilizados e as rotas, podem ser definidos por seus custos de operação.

Se o transporte a ser utilizado é ineficiente ou ainda inexistente podem limitar a atração de indústrias. Ao contrário, se o transporte é eficiente, barato, esses espaços acabam atraindo indústrias. Todos os locais com bom transporte pode ser considerado um bom local para se implantar uma indústria.

Porém, é necessário lembrar que não existe um fator determinante, mas sim um conjunto de fatores que influenciam na escolha da localização industrial para cada momento de organização social. Mas, considerando o transporte como um fator preponderante na localização industrial podemos dizer que o meio de transporte mais barato é o realizado pelos navios que custam, aproximadamente, três vezes menos que o ferroviário e nove vezes menos que o transporte rodoviário.

No entanto, cabe ressaltar que o Brasil tem condições favoráveis ao transporte ferroviário e o hidroviário, sendo que utiliza como principal meio de transporte o rodoviário. O relevo suavemente aplainado do país favorece as ferrovias; um vasto litoral que banha as principais cidades do país favorece o transporte marítimo e uma rede hidrográfica imensa que corta todas as regiões, favorece o transporte hidroviário.

O transporte rodoviário teve seu principal auge com o Plano de Metas do então Presidente Juscelino Kubitschek que tinha como ponto importante a criação da Petrobras e o desenvolvimento da indústria automobilística. No entanto, na década de 1960 os governos militares criaram o Plano Rodoviário Nacional que visava a integração do território nacional.

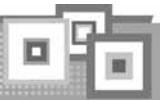


As estratégias adotadas para a implantação do sistema rodoviário foram as seguintes: criaram as rodovias radiais que partiam de Brasília, por exemplo, a BR-010 Brasília-Belém. Rodovias longitudinais no sentido Norte Sul, por exemplo, a BR-101 Osório (RS) - Fortaleza(CE). Rodovias transversais foram traçadas no sentido leste-oeste, por exemplo, a BR-277 que liga Paranaguá (PR) a Foz do Iguaçu (PR). Rodovias diagonais que ligam o país de Nordeste a Sudoeste e Noroeste a Sudeste, por exemplo, a BR-316 que liga Teresina (PI) a Belém (PA). E temos ainda as rodovias de ligação que tem a função de ligar áreas industriais, áreas de segurança nacional, pontos turísticos ou até rodovias importantes, por exemplo, a BR-469 que liga Foz do Iguaçu (PR) ao Parque Nacional do Iguaçu (PR). Atualmente muitas das rodovias do país se encontram em péssimas condições de conservação. Diante disto, os governos discutem a possibilidade de privatização destas rodovias.

Até a Segunda Guerra Mundial, as ferrovias tomavam conta do transporte no país. As ferrovias eram predominantes até aquele momento, pois a economia do país era a agroexportadora e este tipo de transporte era favorável. Com a mudança

de economia, de agroexportadora para uma economia urbano-industrial, as ferrovias entraram em crise pois as áreas de produção de matérias-primas e produtos agrícolas perdiam importância para os produtos industrializados e com isto os vagões perdiam carga e até o final da década de 80 as ferrovias tiveram uma perda de aproximadamente 6.000 quilômetros, sem contar que o que sobrou, aproximadamente 31.000 quilômetros, está com bitolas estreitas e material rodante obsoleto. Diante disto o Estado absorveu as ferrovias formando as companhias estaduais e a companhia nacional como a RFFSA, que nestes últimos anos vem passando por um processo de privatização.

O transporte por navios nunca foi muito utilizado no país, mas, com a integração do Brasil em uma economia global é necessário um investimento no transporte hidroviário por ser o meio de transporte mais barato. Este investimento acaba onerando os custos da exportação. Com a integração do Brasil no MERCOSUL, foi possível a viabilização da construção de uma moderna hidrovía que liga São Paulo a Buenos Aires. Sem contar com a discussão da construção de uma linha de trem-bala entre Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas.



1. (UnB-DF) O modelo econômico brasileiro do pós-guerra foi baseado no desenvolvimento da indústria, por meio da intervenção do Estado. Com base nessa afirmação e nos conhecimentos sobre organização do espaço nacional, julgue os itens:

- A industrialização brasileira apresenta dois períodos de acelerado crescimento econômico, resultantes de investimentos estatais: o primeiro, de 55 a 62, revela inversões de infra-estrutura econômica e na dinamização do setor de bens de produção; o segundo, de 67 a 73, quando o Estado realiza a modernização do parque viário, das telecomunicações e da infra-estrutura.
- O Estado brasileiro garantiu a oferta de bens intermediários a custos subsidiados às empresas transnacionais e nacionais, viabilizando a acumulação privada de capitais.
- A crise dos anos 80, caracterizados como a década perdida, gerou o sucateamento da infra-estrutura desenvolvida pelo Estado nos períodos de expansão anteriores.
- No Brasil, a análise da participação da força de trabalho e do valor da produção industrial revela predominante concentração espacial nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.
- O esforço governamental no sentido de promover a desconcentração da indústria nacional pode ser evidenciado por meio do processo de modernização da tradicional indústria nordestina.

RESPOSTA: D – FALSA

Comentário: A região sudeste do Brasil concentra a maior força de trabalho e valor da produção industrial. Segundo o IBGE, das vinte e sete unidades da Federação no Brasil, sete detêm 75,2% do PIB produzido no País em 2005. São Paulo, sozinho, responde por um terço de todo o PIB nacional, seguido por Rio de Janeiro e Minas Gerais. Rio Grande do Sul (6,7%), Paraná (5,9%), Bahia (4,2%) e Santa Catarina (4,0%) complementam a lista.

2. (UFF-RJ) Apesar de representarem uma forma de produção de energia não-poluente, as hidroelétricas têm provocado graves problemas socioambientais no Brasil. Tal realidade deve-se à:

- Utilização de rios de médio volume de água e de tecnologias importadas e inadequadas às condições tropicais.
- Implantação de pequenas barragens que alteram os ecossistemas locais e deslocam famílias rurais.
- Inundação de vastas extensões de terra, provocando sérios desequilíbrios ecológicos e, por vezes, o deslocamento de populações.
- Localização de usinas próximas às grandes regiões metropolitanas, restringindo as áreas

residenciais e reforçando as inversões térmicas.

- Edificações de usinas em áreas já degradadas e de alta densidade demográfica, agravando os problemas socioambientais preexistentes.

RESPOSTA: C

Comentário: Os impactos sociais e ambientais na construção de barragens são medidos pelos Estudos de Impactos Ambientais – EIA. Em geral estão envolvidos graves conflitos com populações atingidas, além de grandes perdas biológicas e alteração das dinâmicas naturais do meio ambiente.

3. (PUC-MG) Quanto à organização do transporte no Brasil, não é correto afirmar:

- O transporte rodoviário teve grande incentivo vinculado à política de criação e expansão da indústria automobilística.
- A rede ferroviária, embora não tenha acompanhado a expansão da rede rodoviária, manteve-se em ritmo de expansão com seu espaço de atuação preservado.
- O transporte fluvial no Brasil ocupa uma posição relativamente secundária.
- Para as áreas de difícil acesso e com pequeno fluxo de mercadoria, o transporte aéreo continua sendo uma opção.
- Os represamentos de água normalizando as descargas fluviais poderão favorecer o transporte fluvial.

RESPOSTA: B

Comentário: A malha ferroviária do Brasil é obsoleta, constituída de trens antigos e de baixa velocidade, integrando uma pequena parte do país, visto que essa nunca foi a prioridade do Governo. Os serviços de passageiros praticamente acabaram, e os de carga subsistem em sua maioria para o transporte de minérios. A única linha de passageiros que ainda preserva serviços diários de longa distância com relativo conforto é a ligação Belo Horizonte-Vitória. Entretanto, ainda existem algumas ferrovias de interesse exclusivamente turístico em funcionamento, tais como Curitiba-Paranaguá, Campinas-Jaguariúna e a linha urbana do Memorial do Imigrante de São Paulo.

4. (EsSA 2008) Assinale a alternativa que contém a segunda região mais industrializada do país e que, historicamente, teve importante participação do capital na implantação de novas indústrias, inicialmente, voltadas para o mercado regional.

- Norte.
- Nordeste.
- Centro-Oeste.
- Sudeste.
- Sul.

RESPOSTA: E

Comentário: Segundo o estudo do espaço industrial brasileiro (pg. 02-03) a primeira região que se industrializou foi a Sudeste, seguida pela região SUL que recebeu fluxos migratórios em zonas de colonização com relativa experiência nas atividades industriais e formou um empresariado voltado ao mercado regional.



1. O crescimento econômico brasileiro, nas últimas décadas, teve um ritmo acelerado, originando consequências diversas. Assinale na(s) proposição(ões) abaixo, as consequências advindas desse crescimento:

- a) O crescimento econômico no Brasil desenvolveu-se sob o signo da concentração de renda, que excluiu parcela considerável da população dos benefícios provenientes dessa concentração.
- b) A expectativa de vida, em torno de 65 anos, para os brasileiros, não reflete as diferentes regiões, e ela é resultado de níveis sócio-econômicos baixos, provocados por uma distribuição de renda desigual.
- c) A mortalidade infantil, no Brasil, de aproximadamente 40%, é consequência da desnutrição e da disseminação de doenças vinculadas às más condições sanitárias e de saúde.
- d) A população pobre, que é privada do acesso à habitação e aos serviços públicos pela barreira constituída pelo mercado imobiliário, constrói "cidades clandestinas", sem nenhum tipo de infra-estrutura.

2. A estrutura etária da população de um país reflete de imediato, aspectos da sua situação sócio-econômica. Podemos afirmar que um país classificado como de população jovem apresentaria:

- a) Baixo índice de mortalidade geral e predomínio da agricultura comercial.
- b) Alto desenvolvimento econômico e mão-de-obra abundante.
- c) População homogênea e bem distribuída por idades, mas com baixa renda per capita.
- d) Vida média da população muito baixa e renda per capita muito elevada.
- e) Elevada taxa de crescimento vegetativo, com prejuízo do desenvolvimento econômico.

3. Os estudos referentes à população do planeta são feitos pela:

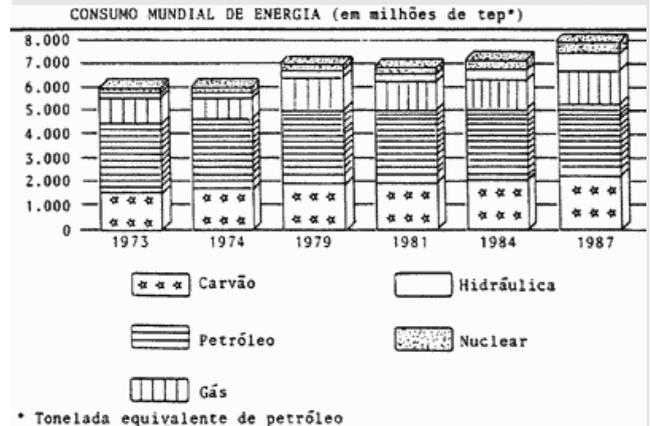
- a) Etnografia b) Gerontologia
- c) Demografia d) Etnia
- e) N.d.a

4. Sobre a estrutura e a dinâmica populacional do Brasil, assinale a(s) proposição(ões) VERDADEIRA(S):

- a) O crescimento natural é maior nas áreas urbanas, em virtude das condições favoráveis ao desenvolvimento da criança.
- b) Desde meados da década de 60, a população urbana predomina em relação à população rural.
- c) Dentre os fatores responsáveis pelo êxodo rural, ganham destaque a industrialização, a estrutura fundiária e a mecanização agrícola.
- d) A taxa de natalidade, apesar dos esforços na área de educação e saúde, teima em crescer nas últimas décadas.
- e) A diminuição da participação dos jovens (0-19 anos), entre 1970 e 1991, na estrutura

etária brasileira, confirma mudanças no comportamento reprodutivo da população.

5. Com relação ao gráfico a seguir, assinale a(s) proposição(ões) VERDADEIRA(S):



- a) O crescimento do consumo de carvão, apresentado pelo gráfico, deveu-se ao aumento dos preços do petróleo no mercado mundial.
- b) O petróleo, apesar de ser a fonte energética básica do mundo, tem sua participação diminuída no conjunto das fontes energéticas.
- c) A fonte hidráulica, em função do limite do seu potencial e das dificuldades de utilização, vem diminuindo significativamente sua participação no consumo mundial.
- d) A energia nuclear teve uma pequena participação no consumo mundial, e esta se manteve inalterada no período apresentado.
- e) A participação do gás natural, no período considerado, é a fonte mais oscilante, contudo ampliou sua participação em 1987, se comparada com a de 1974.

6. (UFF-RJ) Com o agravamento do desemprego e da fome, acentuou-se o problema dos desequilíbrios regionais no Brasil. Tais desequilíbrios tiveram sua origem no processo que estabeleceu o papel de cada região na divisão territorial do trabalho, ao longo do desenvolvimento industrial brasileiro.

Considere o desenvolvimento desigual ocorrido no Brasil e numere a segunda coluna de acordo com a primeira, associando cada região ao papel econômico que lhe coube na divisão territorial do trabalho.

Papel Econômico

- 1 - fornecimento de mão-de-obra por meio de migrações internas
- 2 - abastecimento alimentício dos principais centros industriais
- 3 - oferta de espaços amplos para as frentes de expansão agrícola
- 4 - polarização e organização nacional do processo produtivo

Região

- () Centro-Oeste () Nordeste
- () Sudeste () Sul

Assinale a opção que apresenta a numeração na ordem correta.

- a) 1, 2, 4, 3 b) 2, 1, 3, 4 c) 2, 3, 1, 4
- d) 3, 1, 4, 2 e) 4, 3, 2, 1

7. (UNESP) Examine a tabela:

Distribuição dos estabelecimentos agrícolas no Brasil, de acordo com o tamanho, em 1985		
Classe de área em ha	Porcentagem do número de estabelecimentos	Porcentagem da área total dos estabelecimentos
Menos de 10	53	03
De 10 a menos de 100	37	18
De 100 a menos de 1.000	9	18
1.000 e mais	1	44

FONTE: IBGE

No que se refere à distribuição de terra rural no Brasil, os dados da tabela permitem afirmar que:

- A distribuição da terra rural é equitativa.
- Mais de 70% da terra rural correspondem aos estabelecimentos com mais de 100 hectares.
- São os estabelecimentos de 10 a menos de 100 hectares que correspondem à maior parte da terra rural.
- São os estabelecimentos com menos de 10 hectares que correspondem à maior parte da terra rural.
- São os estabelecimentos com mais de 100 hectares que correspondem à menor parte da terra rural.

8. (Cesgranrio) Em relação às fontes de energia do Brasil, podemos afirmar que:

- O preço do quilowatt de energia nuclear é um estímulo à instalação dessa fonte energética.
- O aproveitamento dos nossos rios de planalto é de aproximadamente 90%, donde se conclui que o Brasil deva buscar outras fontes energéticas.
- O carvão mineral é uma importante fonte de energia, sendo que as principais vantagens das jazidas brasileiras são o baixo custo da produção e a grande quantidade de carvão coqueificável.
- A produção de energia elétrica no Brasil é basicamente de fonte hidráulica, e sua participação supera a ordem de 75%.
- As regiões Sudeste e Sul, juntas, participam com 75% da produção e 30% do consumo total de energia elétrica.

9. (UFMS) Sobre a industrialização brasileira, assinale as proposições verdadeiras.

- A indústria de bens de consumo duráveis, implantada a partir do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek teve significativa participação de iniciativas estrangeiras, com destaque do setor automobilístico.
- A implantação de uma industrialização sem prévia reforma agrária, manifestada pela excessiva transferência da população do campo para a cidade.
- As iniciativas estatais, iniciadas no governo de Getúlio Vargas, concentram-se no setor de infra-estrutura e indústria de base.
- Por causa da "vocação agrícola" do Brasil a nossa industrialização não se completou; temos um parque industrial incompleto e um processo de sucateamento desde meados dos anos 70.
- A concentração das indústrias mais dinâmicas na região Sul do país fez com que as demais regiões ficassem subordinadas.

Estão corretas:

- I, II, III, V.
- I, II, III, IV.
- I, II, IV, V.
- II, III, IV, V.
- I, III, V.

10. (UEBA) Assinale a alternativa correta em relação à rede de transportes marítimos do Brasil:

- A navegação de cabotagem supera em movimentação de mercadorias a navegação de longo percurso.
- Há um relativo equilíbrio no volume de cargas movimentadas entre as quatro regiões brasileiras que apresentam portos marítimos.
- Os portos brasileiros se destacam mais pelo volume de importação do que pelo de exportação de cargas.
- Mais de 90% da carga destinadas ao comércio exterior, tanto em tonelagem como em valor, são transportados por via marítima.
- No volume total de cargas movimentadas pelos portos brasileiros, a maior participação com os produtos agropecuários.

A POPULAÇÃO BRASILEIRA

A sociedade nacional, a nova dinâmica demográfica, os trabalhadores e o mercado de trabalho, a questão agrária, pobreza e exclusão social e o espaço das cidades.

POPULAÇÃO E SOCIEDADE NACIONAL BRASILEIRA

Sabemos que os primeiros estudos sobre a população aconteceram no final do século XVIII e um dos mais importantes teóricos da época foi Thomas Robert Malthus (1798), cuja teoria abalou a Europa, pois apresentava resultados preocupantes. Uma de suas principais formulações teóricas afirmava que a população crescia em progressão geométrica enquanto que a produção de alimentos crescia em progressão aritmética, isto significava uma previsão da escassez de alimentos e a ameaça da fome. A teoria Malthusiana foi rejeitada por muitos outros teóricos, pelo fato de não prever o desenvolvimento tecnológico na produção de alimentos e a queda das taxas de crescimento.

Para medir o desenvolvimento de uma população utiliza-se o método do recenseamento, que significa coletar um conjunto de dados dos habitantes de uma cidade, estado ou nação, sob diferentes aspectos: quantidade de população, idade, sexo, grau de instrução, número de nascimentos e de mortes, etc.

No Brasil o primeiro recenseamento ocorreu em 1872 e a partir daí o conhecimento sobre a população brasileira passa a ser utilizado como base para os planejamentos governamentais, mas é no início da República (1889), que os estudos ganharam evidência; é neste momento que o Estado e a Igreja separam-se e o registro civil passa a ser obrigatório, facilitando o controle de nascimentos, mortes e casamentos, até então de domínio da Igreja.

Em 1938, com a criação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), os recenseamentos passam a ser planejados e registrados, resultando na produção de séries históricas que permitem compreender as dinâmicas populacionais no Brasil nos últimos 80 anos. Desde então, mantém atualizados os dados da população brasileira, em séries históricas e que servem como base para o planejamento das ações de governo e implementação das políticas públicas.

ANO	POPULAÇÃO
1872	9.930.478
1890	14.333.915
1900	17.438.434
1920	30.635.605
1940	41.236.315
1950	51.944.397

1960	70.119.071
1970	93.139.037
1980	119.002.706
1991	146.825.475
1996	157.079.573

Fonte: IBGE, Censo Demográficos de 1872 a 1991 e Contagem da População de 1996.

Mesmo o Brasil estando com alta taxa de crescimento populacional, se comparado com países desenvolvidos, a urbanização e a industrialização permitiram uma relativa queda na taxa de natalidade devido à maior utilização de métodos contraceptivos e do planejamento familiar, sem contar com a inserção da mulher no mercado de trabalho.

1950 - 1960	3,17%
1960 - 1970	2,28%
1980 - 1991	1,89%

Fonte: IBGE

População e Economia

A participação da população nas atividades primárias, secundárias e terciárias e a distribuição de renda são indicadores importantes que revelam o potencial econômico do país. Este grau de participação é conhecido como PEA (população economicamente ativa), que corresponde ao conjunto de pessoas que trabalham em atividades remuneradas.

Apesar da evolução da industrialização brasileira ter alcançado altos níveis, isto não significou uma ideal distribuição de renda e o aumento do número de empregos.

Observe a tabela:

Piso salarial	1977 (%)	1988 (%)
0 - 2	36,24	35,65
2 - 5	10,76	14,37
5 - 10	3,37	5,34
10 - 20	1,47	5,34
+ 20	0,74	1,45
Sem rendimento	47,42	40,51

Fonte: Anuário IBGE (1979 - 1990)

Nos países subdesenvolvidos a PEA, situa-se em torno de 35%, isto está relacionado ao número elevado de crianças na população e da dificuldade de inserção das mulheres no processo produtivo.

População Economicamente Ativa em Alguns Países	
País	Porcentagem (%)
Canadá	52
Japão	52
Estados Unidos	50
Brasil	38
Nigéria	37
México	35

Fonte: O mundo hoje, 1993

As Migrações

O movimento populacional sobre o território brasileiro sempre esteve associado às transformações no modelo de produção pelos quais o país passou em sua história. É importante também associar a estas transformações a vinda de diversos grupos de imigrantes para o Brasil desde o período da colonização e principalmente entre 1850 e 1930, os quais se fixaram em diversas regiões do país contribuindo para a diversidade da composição étnica da população brasileira.

Dentre as forma de migrações internas no Brasil, podemos citar as seguintes:

Êxodo rural: migração que resulta da transferência de populações rurais para o espaço urbano. Entre as principais causas estão a industrialização e a mecanização da agricultura.

Migração urbano-urbano: migração resulta da transferência de populações de uma cidade para outra.

Transumância: migração que se caracteriza por estar ligada as estações do ano. É uma migração temporária onde o migrante sai de um determinado local em um determinado período do ano por questões de busca por trabalho e alimento, e posteriormente volta, em outro período do ano, é a chamada transumância.

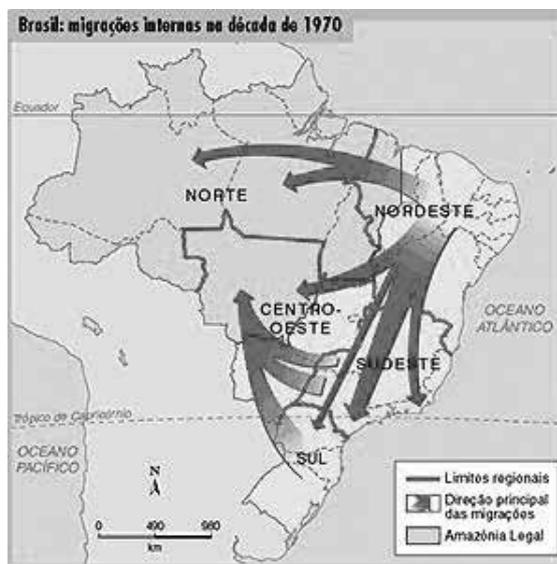
Migração diária ou pendular: migração característica das grandes cidades, que ocorre todos os dias, quando milhões de trabalhadores saem todas as manhãs de sua casa em direção do seu trabalho, e retornam no final do dia. Os momentos de maior aglomeração de pessoas são chamados de rush.

As migrações voluntárias, que grupos populacionais desenvolveram, estiveram associadas à busca

pela melhoria no seu padrão de vida. Mesmo anteriormente à industrialização os movimentos migratórios estiveram presentes: na agricultura da cana da Região Nordeste, no período da exploração das Minas Gerais e na agricultura do café. Porém é a industrialização que marcará os grandes movimentos.

Entre os movimentos migratórios internos o que teve uma maior expressão foi o grande fluxo de nordestinos para a região Sudeste na década de 50 em busca de melhores condições de vida nos grandes centros urbanos.

MAPA DE MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL



Fonte: Oliveira, A U. Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papyrus, 1988. p. 76.

Outros movimentos em direção ao interior tiveram destaque como o ciclo da borracha que atraiu muitos migrantes para a Região Norte e também a expansão das fronteiras agrícolas e a construção de Brasília, levando para a Região Centro-Oeste enorme contingente populacional.

Com a ampliação das relações capitalistas no campo ocorre a desestruturação das relações de trabalho. A mecanização da agricultura, a substituição das lavouras por pastagens e a grande concentração de terras serão decisivos para a retirada em massa de populações camponesas rumo aos centros urbanos. Por outro lado a cidade apresentava-se como uma alternativa nova de reestruturação econômica no país, atraindo milhares de pessoas.

Compare o quadro a seguir.

Ano	1940		1960		1980	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Brasil	68,77	31,33	54,90	45,10	32,41	67,59
Norte	72,26	27,74	62,20	37,80	48,35	51,65
Nordeste	76,58	23,42	65,80	34,20	49,53	50,47
Sudeste	60,59	39,41	42,70	57,30	17,19	82,81
Sul	72,27	27,73	62,40	37,60	37,58	62,42
Centro Oeste	78,49	21,51	65,00	35,00	32,21	67,79

Fonte: Anuário Estatístico IBGE, 1990

É possível perceber que a população brasileira movimentou-se do campo para a cidade praticamente invertendo o predomínio do rural para o urbano até os anos 80.

A estes movimentos migratórios podemos associar uma série de discussões relacionadas às consequências diretas que estas populações sofreram, destacando-se:

- A dificuldade de reintegração social e a ruptura com o seu local de origem;
- O distanciamento da família; a descaracterização sócio-cultural;
- A dificuldade de ingressar na produção, gerando processos de empobrecimento e favelização;
- A segregação econômica e, às vezes, até mesmo étnica.

Outro fator relevante diz respeito a distribuição da renda. Existe uma concentração de riqueza na minoria da população, veja o exemplo do Brasil, onde os ricos e a classe média representam apenas 30% da população. Observe tabelas a seguir:

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL			
Grupo Social	População em %	População em milhões	Porcentagem da renda
Miseráveis	15	24	1
Pobres	20	30	5
Quase pobres	35	60	20
Classe média	29	50	60
Ricos	1	2	14

CONCENTRAÇÃO DA RIQUEZA				
País	Brasil		Estados Unidos	
	Renda	Riqueza	Renda	Riqueza
O 1% mais rico	17%	53%	8%	26%
Os 5% mais ricos	39%	-	21%	-
Os 10% mais ricos	53%	-	24%	64%

Fonte: Reinaldo Gonçalves, em Distribuição de riqueza e retomada do desenvolvimento, com base nos dados do IPEA

Note pela tabela que ao contrário dos Estados Unidos, no Brasil a elite das elites detém mais da metade da renda.

Outro fator que deve ser lembrado é que a produção mundial de alimentos é suficiente para garantir o sustento e uma dieta adequada para toda a população mundial. No entanto, deve-se controlar o desperdício que atualmente é um dos principais fatores para a falta de alimento no mundo. Só os países ricos destinam 43% de sua produção de alimentos para o sustento do gado para satisfazer seu consumo exagerado de proteínas.

A falta de alimentos também se dá pela má armazenagem dos produtos levando muitas vezes a perda total da produção.

Devemos lembrar também que nos países subdesenvolvidos a produção de alimentos típicos da dieta, são substituídos pelos da agricultura de exportação.

A DINÂMICA DEMOGRÁFICA DO BRASIL

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo “subdesenvolvido” ou Terceiro Mundo, começou a vivenciar a revolução médico-sanitária, que se constitui na difusão de novos medicamentos e vacinação em massa levando ao um maior controle de epidemias (difteria, malária, etc.) o que provocou a queda da mortalidade, consequentemente, do crescimento demográfico exagerado.

Segundo muitos analistas ligados aos organismos internacionais a explosão demográfica não permitiria o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, pois a estrutura etária destes países seria mais concentrada nos jovens, requisitando, então, maior demanda de investimentos não produtivos como escolas, hospitais, etc. ao invés de investimentos em fábricas que são recursos diretamente produtivos.

Em 1974, a ONU organizou na Capital da Romênia a Conferência de Bucareste, originando a Carta de Bucareste, que destacou a importância de se modernizarem os meios técnicos de produção e sugerindo que países subdesenvolvidos traçassem programas de planejamento familiar visando reduzir em 5 ou 10% esses índices até 1985.

Em um país como o EUA, já ocorreu o período de “transição demográfica”, no qual o crescimento natural ou vegetativo da população se acentua enormemente, fruto do descompasso entre a queda na mortalidade, que é maior, em relação à queda de natalidade. Essa “transição demográfica” já ocorreu em países desenvolvidos no século XIX, e hoje possuem um crescimento vegetativo pequeno ou negativo.

Os países subdesenvolvidos se encontram em três fases: alguns já estabilizaram seu crescimento demográfico com baixas taxas, por exemplo, Argentina. Outros ainda possuem mortalidade declinante com altas taxas de natalidade, por exemplo, países africanos. E ainda temos os países em situação intermediária, ou seja, começam a superar a “transição demográfica”, com crescimento demográfico baixo a caminho da estabilização, por exemplo, o Brasil.

O crescimento da população se dá de duas formas: a diferença entre o número de pessoas que entram em um país (imigrantes) e as que saem do país (emigrantes) e o saldo entre o número de nascimentos e óbitos, ou seja, a diferença entre os índices de natalidade e os de mortalidade que é o que podemos chamar de crescimento natural ou vegetativo.

Os dados coletados pelo IBGE são analisados a partir de vários indicadores e taxas. A saber:

■ **Taxa de Natalidade** é a razão do número de nascimentos pelo número da população – a razão é de 1 para 1.000. Por exemplo, o Brasil registrou em 1991 uma taxa de natalidade de 26,8‰, quer dizer que, para cada mil pessoas nascem, anualmente, 26,8 crianças.

■ **Taxa de Mortalidade** é a razão do número de óbitos pelo número da população – a razão é de 1 para 1.000. Por exemplo, o Brasil em 1991 registrou uma taxa de mortalidade de 7,9‰, ou seja, para cada mil habitantes, morrem por ano 7,9 pessoas.

Observe na tabela a seguir o crescimento vegetativo no Brasil no período compreendido entre 1940 a 1991.

CRESCIMENTO VEGETATIVO NO BRASIL (1940/91)			
PERÍODO	Taxa de natalidade (por mil - ‰)	Taxa de mortalidade (por mil - ‰)	Crescimento natural (por cem - %)
1941/1950	44,4	20,9	2,35
1951/1960	43,2	14,2	2,90
1961/1970	38,7	9,8	2,89
1971/1980	33,0	8,1	2,49
1981/1990	26,8	7,9	1,89
1991/2000	20,1	6,8	13,3

Fonte: IBGE, Resultado do Censo de 1991 e recenseamentos (1941 a 1981) projeções (1991 a 2000)

Ainda no estudo da população, temos que definir o que é População Absoluta e População Relativa.

População Absoluta é a população real de um país, enquanto que a **População Relativa** é o número de habitantes pela área (hab/km²), por exemplo, no Brasil 19 hab/km². Então, um país com uma população absoluta numerosa é um país populoso e o país que tem um número alto de habitantes por quilômetro quadrado (hab/km²) é um país povoado.

Estrutura e Pirâmide Etária

A estrutura etária de um país é a estrutura por idades, que é dividida em três faixas: os jovens (do nascimento até 19 anos), os adultos (de 20 até 59 anos) e idosos (de 60 anos em diante). Embora, já exista a divisão de jovem (do nascimento até 14 anos), adulto (de 15 até 64 anos) e idoso ou senil (de 65 anos em diante).

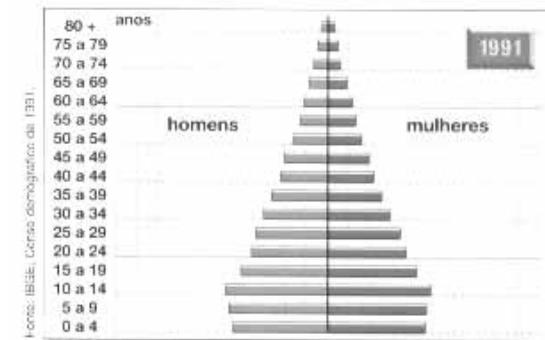
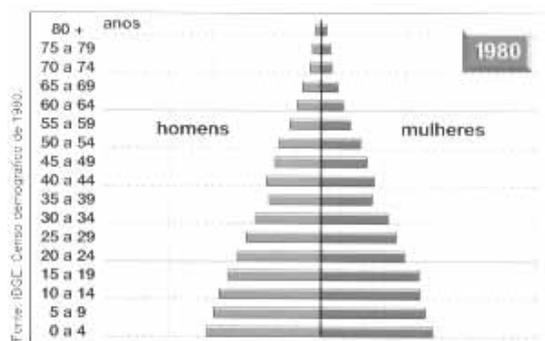
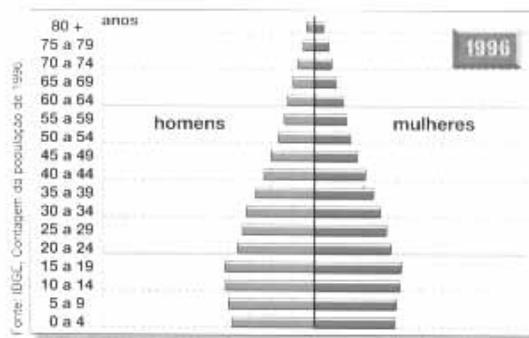
Para a ONU, um país é velho quando mais de 7% da população são idosos.

Os países desenvolvidos possuem a grande maioria de sua população na faixa etária dos adultos e idosos, enquanto os países subdesenvolvidos possuem a maioria de sua população na faixa jovem. No entanto, há países como o Brasil que é subdesenvolvido e tem mais adultos que jovens, mesmo considerando jovens até 19 anos.

A estrutura por idades da população normalmente é apresentada por meio de gráficos em forma de pirâmide, onde a forma da pirâmide etária

de um país mostra a distribuição de seus habitantes pela idade e revela dados importantes com relação a seu desenvolvimento.

PIRÂMIDES ETÁRIAS DO BRASIL – 1980 – 1996



Boa parte dos países subdesenvolvidos possui base larga, resultado de altas taxas de natalidade, e topo estreito revelando uma baixa expectativa de vida que é um indicador de qualidade de vida.

Os países desenvolvidos, ao contrário, possuem uma pirâmide etária com base menos larga, fato relacionado às baixas taxas de natalidade, e o topo da pirâmide é mais largo indicando maior número de idosos, ou seja, maior expectativa de vida, em relação aos países subdesenvolvidos.

Isto não quer dizer que o país com maior expectativa de vida não terá problemas. A elevada porcentagem de idosos na população total gera maior demanda em investimentos não-produtivos como aposentadorias, programas de assistência e de saúde. Em alguns países da Europa, existem programas de incentivo a natalidade, pois a baixa taxa de natalidade determina um progressivo envelhecimento da população.

Mas os países subdesenvolvidos não estão imunes a este problema. Estatísticas da ONU demonstram que os países subdesenvolvidos também estão em processo de envelhecimento da sua popu-

lação, principalmente países subdesenvolvidos industrializados. Com isto o problema é ainda mais grave, pois os trabalhadores que se aposentam se deparam com um sistema de seguridade social falido.

Na realidade, projeções da ONU apontam para o envelhecimento do mundo, onde a proporção de idosos vai superar a de jovens no mundo em 2050.

OS TRABALHADORES E O MERCADO DE TRABALHO

No Brasil, a grande preocupação dos trabalhadores, sindicatos, estudiosos e autoridades públicas são as altas taxas de desemprego e o número de postos de trabalho, pois na maioria das famílias são localizadas pessoas desempregadas. Essa é uma realidade que está muito próxima dos brasileiros e que causa vários problemas: para o desempregado, para a família e para o Estado. Segundo os estudos do IBGE, 10% dos homens e 15% das mulheres pertencentes à PEA (População Economicamente Ativa), estavam sem ocupação no ano 2002.

DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS DE 10 OU MAIS, POR CLASSES DE RENDIMENTO NO TRABALHO PRINCIPAL - 2004-2006



Podemos definir Emprego como a função e a condição das pessoas que trabalham em caráter temporário ou permanente, em qualquer tipo de atividade econômica. Por desemprego se entende a condição ou situação das pessoas incluídas na faixa das "idades ativas" (em geral entre 14 e 65 anos), que estejam, por determinado prazo, sem realizar trabalho em qualquer tipo de atividade econômica. Existem tipos de desemprego da população, vejamos:

- **Desemprego estrutural:** característico dos países subdesenvolvidos, ligado às particularidades intrínsecas de sua economia. Explica-se pelo excesso de mão-de-obra empregada na agricultura e atividades correlatas e pela insuficiência dos equipamentos de base que levariam à criação cumulativa de emprego.
- **Desemprego tecnológico:** atinge, sobretudo,

do, os países mais adiantados. Resulta da substituição do homem pela máquina e é representado pela maior procura de técnicos e especialistas e pela queda, em maior proporção, da procura dos trabalhos tidos como braçais.

- **Desemprego conjuntural:** também chamado desemprego cíclico, característico da depressão, quando os bancos retraem os créditos, desestimulando os investimentos, e o poder de compra dos assalariados cai em consequência da elevação de preços.
- **Desemprego friccional:** motivado pela mudança de emprego ou atividade dos indivíduos. É o tipo de desemprego de menor significação econômica.
- **Desemprego temporário:** forma de subemprego comum nas regiões agrícolas, motivado pelo caráter sazonal do trabalho em certos setores agrícolas.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 1999 (PNAD-1999), do IBGE, o Brasil contava com 7,6 milhões de desempregados, ficando em terceiro lugar em número de desempregados no mundo, sendo em primeiro a Índia, com quase 40 milhões, e a Rússia com 9,1 milhões, segundo cálculo feito pelo economista Márcio Pochmann da Unicamp. Em agosto de 2000, a taxa média de desemprego foi de 7,15%, indicando um aumento em relação aos anos 1990 quando se teve a taxa de 4,03%. Esse cálculo é feito pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE nas seis principais regiões metropolitanas do país e serve como indicativo da taxa global do Brasil.

A taxa de desemprego é uma porcentagem da População Economicamente Ativa (PEA) que pode ser calculada com base em diferentes metodologias. No Brasil, além do IBGE, a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio-Econômico (Dieese) medem a taxa de desemprego.

Taxa de Desemprego	1998	1999	2000	2001	2002
Total	7,6	7,6	7,1	6,2	7,1
Homens	7,1	7,1	6,5	5,9	6,7
Mulheres	8,3	8,3	8,0	6,7	7,8

FONTE: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego.

O IBGE utiliza o critério de desemprego aberto, no qual somente as pessoas que no período de referência estavam disponíveis para trabalhar e realmente procuraram trabalho são consideradas desempregadas. O cálculo é feito com base em dados de seis regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. O Seade e o Dieese - que realizam a pesquisa no Distrito Federal e nas regiões metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife - adotam o critério de desemprego total, que engloba também o desemprego oculto. Nessa categoria estão aqueles

que não procuraram emprego por desalento ou porque estavam exercendo um trabalho precário.

Taxa de Desocupação	2003	2004
Total	12,3	11,5
Homens	10,1	9,1
Mulheres	15,2	14,4

Pessoas de 10 ou mais anos de idade, ocupadas, por classe de rendimento de trabalho	2006
Até 1/2 salário mínimo	9,8
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	21,1
Mais de 1 a 2 salários mínimos	29,6
Mais de 2 a 3 salários mínimos	10,6
Mais de 3 a 5 salários mínimos	7,4
Mais de 5 a 10 salários mínimos	6,3
Mais de 10 a 20 salários mínimos	2,2
Mais de 20 salários mínimos	0,8
Sem rendimento(1)	10,8
Sem declaração	1,4

FONTE: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego (nova metodologia).

A QUESTÃO AGRÁRIA

Evolução do Espaço Agrário do Brasil

A questão agrária deve ser entendida no contexto de um país que passou mais da metade de sua história num regime de escravidão. Ela surge no século XIX, pressionada por alguns setores das elites e, sobretudo, pelas grandes potências da época, que queriam expandir mercados (coisa impossível com a escravidão, pois o escravo não compra) - era necessário acabar com a escravidão.

Para impedir o acesso dos escravos libertos a terra tratou-se de criar um direito de propriedade que impusesse obstáculos ao livre acesso a terra.

Foi adotado o regime de sesmarias, que era seletivo, ou seja, o acesso a terra era para homens de "sangue limpo" (senhores de terras, senhores de escravos); quem não tinha "sangue limpo" (mestiços de brancos, índios) estava destituído de herança.

Com o fim do regime de sesmarias, em 1822, a posse da terra ficou descontrolada até que em 1850 surge a Lei de Terras, que determinava que a única forma de acesso a terra seria a compra, tornando-se mercadoria, ficando assim restrita a elite que possuísse capital. A Lei de Terras instituiu um novo regime de propriedade em nosso país, que é o que tem vigência até hoje, embora as condições sociais e históricas tenham mudado muito desde então. A Lei instituiu no Brasil o cativeiro da terra, no qual as terras não eram e não são livres, mas cativas. A terra não seria obtida por outro meio que não fosse o da compra.

Historicamente as relações no campo foram demarcadas pela posse da terra, dos meios de produção e da força de trabalho escrava e servil. Destas condições materiais e culturais derivou as formas atuais de relações sociais no campo brasileiro, bem

como determinou as transformações na geografia agrária deste início de século.

Relações de Trabalho no Campo

As novas relações que se estabeleceram no campo após a modernização criaram uma divisão do trabalho.

- **Pequenos Proprietários** - agricultura familiar, para a subsistência e venda dos excedentes agrícolas.
- **Parceiros** - trabalham em uma parte das terras de um proprietário, ficando com uma parte da produção; não são empregados e não possui nenhum direito trabalhista.
- **Arrendatários** - são aqueles que "alugam" a terra e pagam ao proprietário em dinheiro.
- **Assalariados Permanentes** - recebem salários; normalmente são empregados de grandes proprietários.
- **Assalariados temporários** - apresentam-se para o trabalho assalariado somente em alguns meses do ano, por isso são chamados de volantes ou bóia-fria; representam cerca de 30% da mão de obra camponesa do Brasil.

A proletarianização e a marginalização do homem do campo criaram as condições para a organização de um movimento de trabalhadores rurais. Se por um lado a modernização agrícola acirrou os conflitos pela terra no interior do Brasil, por outro lado expulsou milhões de pessoas para os centros urbanos e industriais criando um exército de expropriados rurais ou como chamamos "favelados".



A Violência no Campo Brasileiro

Em 1996, uma semana após o Massacre de Eldorado dos Carajás quando 19 sem-terra foram mortos e mais de 67 ficaram feridos pela ação brutal da polícia, a qual foi classificada pela perícia como execução, o Governo Federal instituiu o Ministério da Reforma Agrária.



MASSACRE DE ELDORADO DE CARAJÁS - PA

Segundo os dados do Balanço da Reforma

Agrária do INCRA 1995/1998, o número de invasões de terras diminuiu nas áreas onde os conflitos eram intensos, os índices caíram mais de 50%. Entre janeiro e outubro de 1998, das 390 propriedades invadidas em todo o País, 244 casos foram solucionados sem conflitos. Desse montante, 46,4% são de áreas com processo no Incra e 22% são de áreas já desapropriadas. No Sul do Pará as invasões caíram de trinta no ano de 1996 para nove em 1998.

Os levantamentos das disputas fundiárias no Brasil apontaram o ano de 2004 como o pior nível em pelo menos 20 anos, com confrontos entre sem-terra e fazendeiros e madeireiros na Amazônia e no Cerrado. Segundo a Comissão Pastoral da Terra foram 1.801 mil conflitos documentados em 2004, quase o dobro dos 925 registrados em 2002.

A morte da missionária norte-americana Dorothy Stang foi o maior exemplo deste ano e atraiu grande atenção para a violência provocada pela disputa entre camponeses e proprietários pelos lucrativos recursos fundiários. Irmã Dorothy foi assassinada por defender um assentamento do governo federal na Amazônia.

Os dados da CPT apontam que das 1.379 mortes registradas pela CPT entre 1985 e 2004, somente 75 casos foram julgados, sendo que apenas 15 mandantes e 64 executores foram condenados.

CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA						
	BRASIL	NORTE	NORDESTE	CENTRO OESTE	SUDESTE	SUL
Número de Conflitos	585	120	228	87	64	86
Áreas (Hectares)	7.912.290	4.103.998	2.367.359	882.608	316.021	242.304
Famílias	85.097	12.472	26.224	15.832	10.533	20.016

Fonte: CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura). Folha de São Paulo, 19/05/1996.

O Estatuto da Terra considera Reforma Agrária o conjunto de medidas que vise à melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e em atender aos princípios de justiça e o aumento da produtividade. Seus objetivos visam estabelecer um sistema de relações entre a justiça social, o progresso e o bem estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.

Em meados da década de 80, foi criado o PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária que deveria promover a desapropriação de terras não produtivas para promover a distribuição de terras, no entanto a força política dos grandes proprietários de terras tem sido o maior entrave para uma efetiva reforma no sistema agrário. Deste então, um forte movimento de trabalhadores rurais vem se organizando e ocupando grandes porções de terras, acirrando ainda mais os conflitos no campo.

No Brasil, a Constituição de 1988 garante a desapropriação do latifúndio improdutivo para finalidade pública e interesse social, como a desapropriação da terra com finalidade de reforma agrária ou para a criação de reservas ecológicas. Nesses casos os ex-proprietários são indenizados.

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

O Desenvolvimento Humano no Brasil

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Criado por Mahbub ul Haq que produziu o RDH (Relatório do Desenvolvimento Humano) com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio

Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano. No entanto, segundo os próprios autores ela não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver".

O IDH mede o nível de desenvolvimento humano dos países utilizando como critérios indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita).

O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo, os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e países com IDH superior a 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

Para a avaliação da dimensão educação, o cálculo do IDH municipal considera dois indicadores com pesos diferentes.

A taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade tem peso dois, e a taxa bruta de frequência à escola peso um. O primeiro indicador é o percentual de pessoas com mais de 15 anos capaz de ler e escrever um bilhete simples, considerados adultos alfabetizados. O calendário do Ministério da Educação indica que, se a criança não se atrasar na escola, ela completará esse ciclo aos 14 anos de idade, daí a medição do analfabetismo se dar a partir dos 15 anos.

O segundo indicador é resultado de uma conta simples: o somatório de pessoas, independentemente da idade, que frequentam os cursos fundamental, secundário e superior é dividido pela população na faixa etária de 7 a 22 anos da localidade. Estão também incluídos na conta os alunos

de cursos supletivos de primeiro e de segundo graus, de classes de aceleração e de pós-graduação universitária. Apenas classes especiais de alfabetização são descartadas para efeito do cálculo.

Para a avaliação da dimensão longevidade, o IDH municipal considera o mesmo indicador do IDH de países: a esperança de vida ao nascer. Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida naquela localidade no ano de referência (exemplo: 2008) deve viver. O indicador de longevidade sintetiza as condições de saúde e salubridade do local, uma vez que quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida.

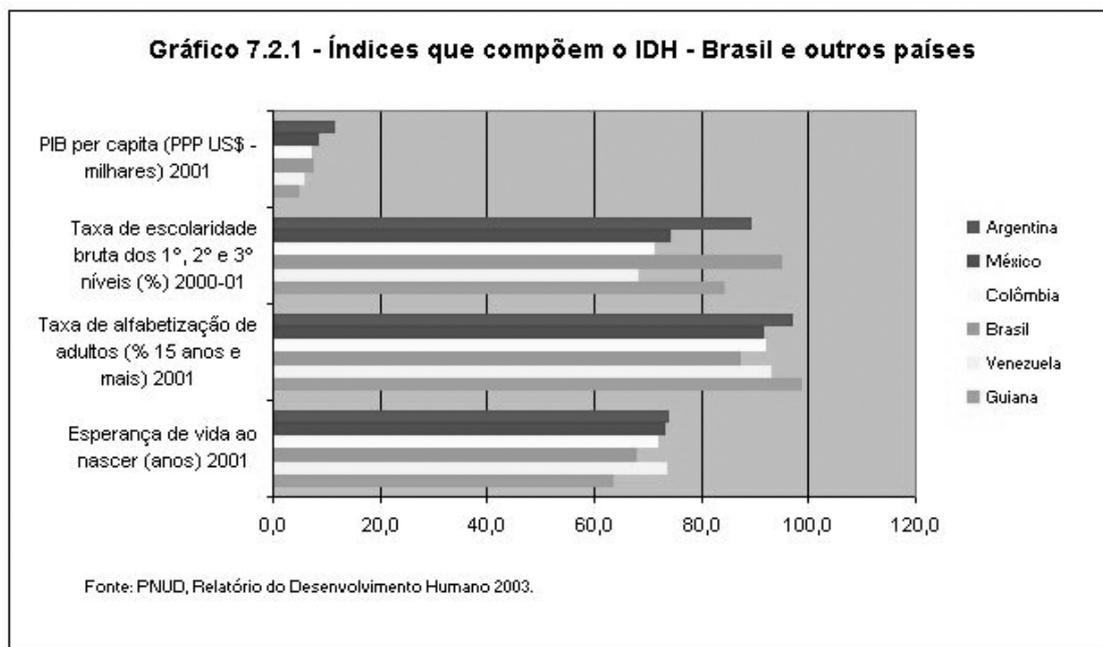
Para a avaliação da dimensão renda, o critério usado é a renda municipal per capita, ou seja, a renda média de cada residente no município. Para se chegar a esse valor soma-se a renda de todos os residentes e divide-se o resultado pelo número de pessoas que moram no município (inclusive crianças ou pessoas com renda igual a zero).

No caso brasileiro, o cálculo da renda municipal per capita é feito a partir das respostas ao questionário expandido do Censo – um questionário mais detalhado do que o universal e que é aplicado a uma amostra dos domicílios visitados pelos recenseadores. Os dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são expandidos para o total da população municipal e então usados para o cálculo da dimensão renda do IDH-M.

O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

Apesar de ter sido publicado pela primeira vez em 1990, o índice foi recalculado para os anos anteriores, a partir de 1975. Aos poucos, o IDH tornou-se referência mundial. É um índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas e, no Brasil, tem sido utilizado pelo governo federal, que pode ser consultado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, um banco de dados eletrônico com informações sócio-econômica sobre os 5.507 municípios do país, os 26 Estados e o Distrito Federal.

O Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2005 produzido pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) com o “ranking” de 177 países e territórios afirma que o IDH do Brasil passou de 0,790 em 2002 para 0,792 em 2003, ocupando a 63ª (sexagésima terceira) posição no ranking de IDH, este resultado mantém o Brasil entre as nações de médio desenvolvimento humano. O relatório aponta que o país avançou em educação e longevidade, no entanto renda nacional caiu.



A desigualdade social pode travar a expansão econômica e tornar mais difícil que os pobres sejam beneficiados pelo crescimento. “Altos níveis de desigualdade de renda são ruins para o crescimento e enfraquecem a taxa em que o crescimento se converte em redução de pobreza: eles reduzem o tamanho do bolo econômico e o tamanho da fatia abocanhada pelos pobres”, diz o relatório.

As Desigualdades Sociais e a Fome

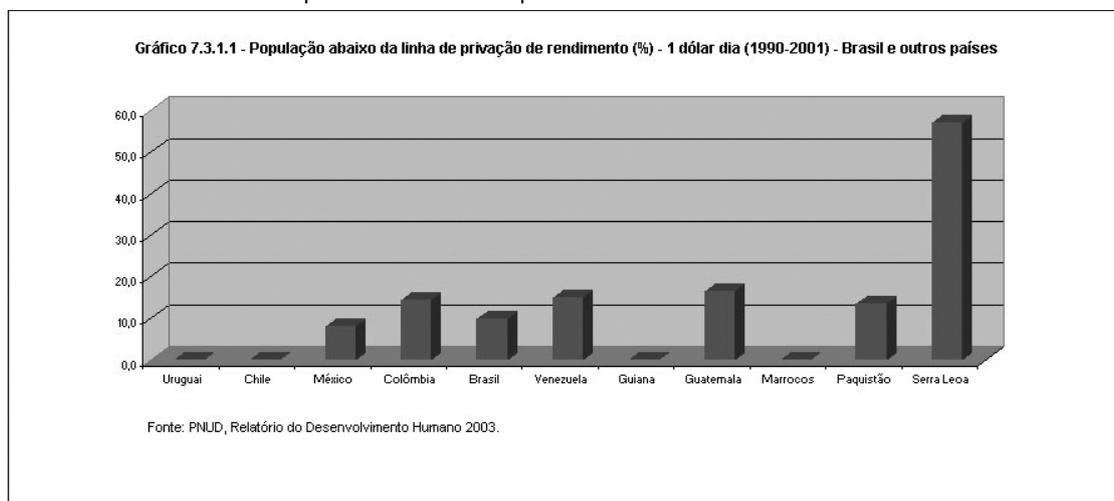
A FAO, órgão das Nações Unidas para a agricultura e alimentação, divulgou em seu relatório “O Estado da Insegurança Alimentar do Mundo”, um diagnóstico que aponta a existência de 852 milhões de pessoas no planeta que passam fome. No Brasil, no início dos anos 90, os brasileiros que passavam fome somavam 18,5 milhões e apesar dos avanços em relação a este período, ainda existem mais de 15 milhões de pessoas subnutridas. Num país tropical e com agricultura das mais desenvolvidas do planeta e um

dos maiores exportadores de alimentos no mundo, é inconcebível que 9% da população estejam passando fome.

Podemos dizer em termos gerais que sempre houve fome no Brasil. Desde o período colonial o país sempre foi carente de uma política de abastecimento alimentar interno. Os escravos trabalhadores dos engenhos, fazendas e os criados não eram preocupação para a Metrópole. O governo colonial apenas recomendava aos proprietários de terra que permitissem aos escravos trabalhar para si mesmos um dia da semana - o sábado -, em uma pequena parcela da propriedade. Essa produção fornecia o alimento dos trabalhadores, geralmente mandioca. Além dos engenhos - o único interesse da metrópole portuguesa -, desenvolvia-se uma agricultura muito reduzida, para abastecer as cidades.

No período imperial houve um rápido crescimento das populações nas cidades e o abastecimento precisou crescer também. No entanto os grandes fazendeiros que conservavam a prática patriarcal do escravismo não aceitavam o direcionamento do governo e mantinham a exclusão social de seus trabalhadores aos produtos básicos da nutrição saudável. Com o declínio das oligarquias latifundiárias, já na década de 30, a crise de abastecimento que se originou no pós-primeira guerra aumentou ainda mais os problemas de desabastecimento.

Em 1975, foi realizada a mais completa investigação sobre a nutrição no Brasil até então, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conhecida como ENDEF (Estudo Nacional de Despesa Familiar), essa pesquisa recolheu dados em 56 mil domicílios brasileiros e seus resultados puderam ser comparados aos da única outra grande investigação do gênero no País: o levantamento do Instituto Brasileiro de Economia (IBE), promovido em 1961/63 com a ajuda do Departamento da Agricultura dos EUA. A comparação mostrou que, de um terço, a desnutrição havia saltado para dois terços da população, entre as duas datas - de 27 para 72 milhões de pessoas.



O ENDEF dizia ainda que havia um grande contingente de 13 milhões de pessoas que sofria de "desnutrição absoluta" em 1975, ingerindo menos de 1.600 calorias diárias. Eram pessoas cuja fraqueza já não lhes permitia sequer mover-se com desenvoltura. Com o êxodo rural, a fome aumenta nas regiões mais ricas do país. Além disso, a fome deixara de ser um fenômeno basicamente nordestino, como indicava a primeira pesquisa.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas, em 2001 no país aproximadamente 50 milhões de miseráveis da população brasileira tem renda mensal inferior a 80 reais per capita. Estes dados estão baseados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, PNAD, de 1996 a 1999. O estudo da FGV aponta que para erradicar este quadro de miséria, seria necessário a aplicação de R\$ 1,69 bilhão por mês (2% do PIB), o que significaria uma contribuição mensal de R\$ 10,4 por brasileiro, tendo como base a renda per capita do país, que era de R\$ 262.

Os Estados nordestinos foram os que apresentaram maiores índices de pobreza do País. Todos, à exceção do Rio Grande do Norte, têm mais que 50% de sua população abaixo da linha de pobreza. O Maranhão é o Estado brasileiro que apresenta a pior situação. Mais de 63% de sua população está abaixo dessa linha. De acordo com a pesquisa, precisariam ser investidos R\$ 143 milhões por mês no Maranhão para se reverter esse quadro.

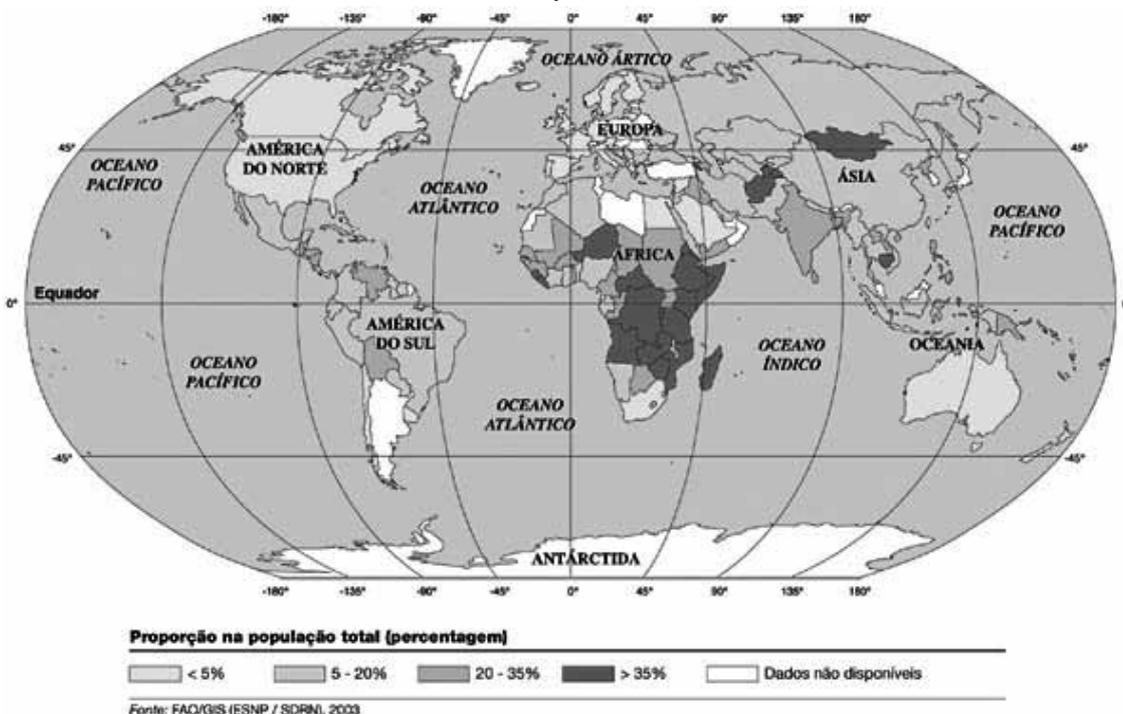
O Piauí é o segundo Estado com maior índice de pobreza do país (61,7%), seguido do Ceará (55,7%), Alagoas (55,4%), Bahia (54,8%), Tocantins (21,27%), Pernambuco (50,9%), Paraíba (50,2%), Sergipe (50,14%) e Rio Grande do Norte (46,93).

A Bahia é o Estado brasileiro onde se precisaria investir mais recursos para reverter o quadro de miséria. Por mês, o custo para erradicar a pobreza do povo baiano, de acordo com a pesquisa, é de R\$ 277 milhões.

No Estado, a pior situação se apresenta no Extremo Oeste Baiano, onde 64,75 % da população têm renda inferior a R\$ 80. O Ceará é o segundo estado brasileiro a precisar de mais investimentos para erra-

dicar a miséria. De acordo com o Mapa da FGV, é preciso investir R\$ 163 milhões no Estado. A situação mais crítica se encontra no Noroeste cearense, onde 70,56% da população se encontra abaixo da linha de pobreza.

MAPA DA FOME NO MUNDO – PROPORÇÃO DE PESSOAS SUBNUTRIDAS (1998-2000)



O Combate à Fome no Brasil

O Brasil iniciou uma nova fase de sua história com a eleição de um novo governo de partidos representantes das camadas populares e sociedade civil organizada da nação. Entre os principais objetivos do governo do Presidente Lula desde seu primeiro mandato estão: a erradicação da fome e da pobreza absoluta; a promoção do crescimento econômico acompanhado por uma melhor distribuição de renda; a criação de empregos e a garantia de vaga na escola para cada criança.

A fome é um problema que atinge o ser humano e pode ser entendida em três formas básicas: a fome aguda, momentânea e a fome crônica.

A fome aguda equivale à urgência de se alimentar, a um grande apetite motivado por longos períodos sem comer.

A fome momentânea equivale aos processos metabólicos digestivos que impulsionam os indivíduos aos hábitos cotidianos de se alimentar.

A fome crônica permanente ocorre quando a alimentação diária habitual, não propicia ao indivíduo energia suficiente para a manutenção do seu organismo e para o exercício de suas atividades cotidianas.

Nesse sentido, a fome crônica equivale a uma das modalidades de desnutrição: a deficiência energética crônica. Esta avaliação das reservas energéticas dos indivíduos é feita analisando-se a relação de peso e altura admitindo-se que o percentual de indivíduos com insuficiente relação peso/altura, emagrecidos, expresse razoavelmente

bem a magnitude da deficiência energética crônica ou da fome na população.

As deficiências nutricionais são doenças que decorrem do aporte alimentar insuficiente em energia e nutrientes ou ainda do inadequado aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos, geralmente motivado pela presença de doenças, em particular doenças infecciosas.

O Brasil ultrapassou os 185 milhões de habitantes, um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de US\$ 7.625 por ano e um Índice de Desenvolvimento Humano superior a (IDH) 0,75 que está abaixo do esperado em relação ao nível de renda per capita. A razão disso está na alta taxa de desigualdade, como indicada pelo coeficiente de Gini de 60,7 em 1998, apenas abaixo dos apresentados pela Serra Leoa, 62,9 (1989), Suazilândia, 60,9 (1994) e República da África Central, 61,3 (1993).

Existem hoje no Brasil grandes expectativas em relação às políticas que serão implementadas pelo governo para atingir os principais objetivos mencionados.

Este programa é uma das grandes ações do governo do presidente Lula e representa a possibilidade de pela primeira vez na história do Brasil alterar o mapa da fome em nível nacional. De acordo com o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), o Programa Fome Zero tem como objetivo fornecer quantidade, qualidade e regularidade de alimentos a todos os brasileiros. Isto significa fornecer segurança alimentar àqueles 46 milhões de habitantes que recebem menos de US\$ 1,00 por dia para sobreviver.

PROGRAMA FOME ZERO

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o Ministério Extraordinário da Segurança alimentar foram criados para articular nacionalmente as seguintes ações de combate à fome:

- A formulação da Política Nacional de Segurança Alimentar pelo CONSEA.
- Um conjunto de políticas públicas para garantir a segurança alimentar implementadas pelo MESA - Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome – interagindo com outros departamentos estatais, secretarias e governos municipais.
- Um Mutirão contra a fome e a pobreza absoluta com o envolvimento total da sociedade brasileira.

ESPAÇO DAS CIDADES

A urbanização brasileira segue o modelo de ocupação desenvolvido em toda a América Latina que ocorre durante o período de comércio em grande escala, isto é, as cidades surgem para responder às necessidades dos intercâmbios e relações internacionais entre os países evoluídos. O crescimento urbano brasileiro acompanhou a evolução do modo de produção dos países subdesenvolvidos podendo ser distinguido em três fases:

- **A fase agrário-exportadora** - corresponde ao período que vai desde o século XVI até o início do século XX. Neste período a população estava distribuída na sua maioria nas áreas agrícolas. As cidades se localizavam próximas aos portos na faixa litorânea.
- **A urbanização na fase da Industrialização** - compreende as quatro primeiras décadas do século XX. Este período é marcado pela modernização econômica do Brasil, com a formação de um mercado nacional e o intercâmbio regional. A instalação de indústrias nas cidades torna-se atrativo para milhares de brasileiros. Na década de 30 as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro concentravam 60% da produção industrial brasileira e no final da década de 40 a população urbana atingia 31.2%.
- **A urbanização após a 2ª Guerra Mundial** - a instalação de multinacionais nos centros urbanos acelera o crescimento tecnológico e a produção de bens de consumo duráveis e bens intermediários e traz como consequência a explosão demográfica principalmente na região sudeste. A partir dos anos 70, o processo de urbanização alcança novo patamar, tanto do ponto de vista quantita-

tivo, quanto do ponto de vista qualitativo. Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica dos anos 50, tivemos primeiro, uma urbanização aglomerada, com o aumento do número - e da população respectiva - dos núcleos com mais de 20.000 habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermediário, para alcançarmos, depois, o estágio da metropolização, com o aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias (em torno do meio milhão de habitantes).

Os mesmos números que revelam um processo de metropolização prestam-se a outra interpretação desde que demos prioridade ao processo de macroubanização. Levando em conta uma desagregação da população urbana segundo o tamanho dos aglomerados, pode levar-nos a conclusão de que, paralelamente ao crescimento cumulativo das maiores cidades do país, estaria havendo um fenômeno de desmetropolização, definida como a repartição com outros grandes núcleos de novos contingentes de população urbana, pois como revelam os números, paralelamente ao crescimento das grandes e muito grandes aglomerações, há lugar, também, para o aumento do número das cidades intermediárias e das respectivas populações.

O que, em todo caso, se está verificando é a expansão da metropolização e, paralelamente, a chegada de novas aglomerações à categoria de cidade grande e de cidade intermediária. Um percentual cada vez mais expressivo da população que vive em núcleos com mais de 20.000 habitantes vai agora para as grandes cidades médias.

Para compreender o processo de construção do espaço urbano brasileiro, o estudo de alguns parâmetros é importante:

- A relação entre a evolução do sistema econômico e a posição geográfica das cidades que permitiu a formação de centros de distribuição de valores e mercadorias e a criação de um mercado consumidor.
- A demanda do espaço nas cidades que tendem a crescer no sentido horizontal nas áreas periféricas e verticalmente nas áreas centrais e quando este crescimento não é acompanhado de infraestrutura urbana (saneamento, segurança, transportes, etc...) geram problemas incalculáveis.
- A morfologia da cidade, ou seja, conhecer o traçado do plano da cidade, a distribuição das redes viárias, a forma e a estrutura dos quarteirões e demais estruturas urbanas.
- O uso do solo urbano que permite compreender a distribuição das áreas segundo a sua função, adquirindo valor maior ou menor de acordo com a sua posição.

Taxas Regionais De Urbanização (%)			
REGIÕES	1940	1960	1980
NORTE	27,75	37,80	51,69
NORDESTE	23,42	34,24	50,44
SUL	27,73	37,58	62,41
SUDESTE	39,42	57,36	82,79
CENTRO-OESTE	21,52	35,02	67,75

Fonte: Maria Adélia de Souza, Governo Urbano

A falta de condições de vida nas áreas agrícolas associada a uma crescente industrialização nas grandes cidades contribuiu para a concentração populacional e urbanização, principalmente nas regiões sudeste e sul.

A Metropolização

A utilização do termo **Metrópole** deve ser empregada às cidades que possuem algumas características específicas:

- Crescimento vertical que na maioria das vezes impossibilita a percepção dos limites físicos entre a “cidade-mãe” e a periferia, fenômeno chamado conurbação;
- Existência de um centro histórico onde se concentram atividades de serviços e a partir do qual se originam sub-centros;
- O espaço conurbado apresenta várias administrações como é o exemplo de São Paulo e o ABC;
- O fluxo de veículos apresenta picos de maior intensidade nos períodos da manhã e final de tarde, atingindo mais de uma cidade, este movimento é chamado fluxo pendular.

A classificação hierárquica das cidades brasileiras foi feita pelo IBGE utilizando os seguintes critérios: rede viária convergente, fluxo de passageiros e fluxo de bens e serviços. A partir destes estudos foi possível identificar uma hierarquia de importância entre os centros urbanos brasileiros, a saber:

- **Metrópoles Nacionais** – São Paulo e Rio de Janeiro;
- **Metrópoles Regionais** – Recife, Salvador, Belém, Curitiba, Porto Alegre, Fortaleza e Belo Horizonte;
- **Capital Regional** – Passo Fundo (RS), Ponta Grossa (PR), Bauru (SP), Divinópolis (MG), Colatina (ES), Feira de Santana (BA), Caruaru (PE) e outras
- **Centro submetropolitano** – Florianópolis, Cuiabá, Campina Grande (PB), Ribeirão Preto (SP), Londrina (PR) e outros.

Depois de uma urbanização explosiva, que concentrou população nas grandes metrópoles – principalmente do sudeste – ao longo dos anos 70 e 80, o Brasil está passando por mudanças na distribuição de sua população.

A marca das décadas 90/00 é a interiorização do crescimento e a formação de novas aglomerações urbanas. Em meio século, o Brasil sofreu um dos mais rápidos processos de urbanização do mundo: de 46% em 1940, as cidades passaram a abrigar 75% da população brasileira em 1991.

A industrialização tornou os centros urbanos responsáveis por 90% de tudo o que é produzido no país. Esse processo levou a uma concentração de pessoas em grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente 3ª e 15ª maiores cidades do mundo.

Nos anos 90, a urbanização brasileira atingiu 80% da população e deve chegar a 88% em 2025 – segundo projeções da ONU.

Adquiriu novas características. A tendência atual e que deve se manter no futuro é a interiorização do crescimento populacional. Em lugar de concentrar nas metrópoles tradicionais, há um aumento mais acelerado de população nas antigas periferias nacionais.

Reflexo disso, as cidades médias, entre 100 mil e 500 mil habitantes foram as que registraram maior crescimento absoluto nos anos 90. Juntas, passaram a abrigar 36,7 milhões de brasileiros em 1996 contra 31,9 milhões em 1991.

Habitantes nas Regiões Metropolitanas			
Cidades	1970	1980	1991
São Paulo	8 139 730	12 588 725	15 202 533
Rio de Janeiro	7 063 760	9 014 274	9 600 528
Belo Horizonte	1 605 306	2 540 130	3 461 905
Porto Alegre	1 531 255	2 231 392	3 015 960
Recife	1 791 322	2 347 005	2 559 469
Salvador	1 147 821	1 766 582	2 472 131
Fortaleza	1 036 779	1 580 060	2 292 524
Curitiba	821 233	1 440 626	1 975 524
Belém	655 901	999 165	1 334 460
Total	22 793 107	34 507 959	42 215 134
Total de habitantes do Brasil	93 139 037	119 002 706	146 154 502

Fonte: Sumário de Dados da Grande São Paulo, Emplasa, 1992.

Os Problemas Urbanos

Na medida em que os centros urbanos foram se fortalecendo e constituindo-se como centros dinamizadores do desenvolvimento regional e nacional uma série de problemas surgiu, como problemas de saúde na população provocados pela falta de saneamento básico principalmente nas periferias e a escassez de água potável, provocada pela contaminação dos mananciais de abastecimento.



LIXÃO A CÉU ABERTO

O transporte de passageiros aparece como um dos graves problemas a ser enfrentado nas cidades. Em geral, o transporte de massa penaliza as populações que moram nas periferias e o volume de automóveis que circulam no espaço urbano nos horários de pico, provocam enormes congestionamentos afetando diretamente o comportamento das pessoas.



ENGARRAFAMENTO EM SÃO PAULO

O mais grave dos problemas que aparecem nas cidades sem dúvida é a habitação. A impossibilidade do acesso aos lotes nos espaços planejados para a habitação humana pela razão do custo promovido pela especulação imobiliária obriga milhares de pessoas a ocuparem áreas impróprias para

a moradia, várzeas de rios, mangues, encostas de morros, margens de rodovias e ferrovias, gerando o fenômeno chamado favelização. A marginalização e a segregação econômica gerada pela falta de empregos e condições de sobrevivência atuam diretamente no aumento da violência entre a população.

É importante ressaltar que, na construção do espaço urbano, a intervenção do Estado sempre buscou minimizar os impactos causados pelas diferenças entre as classes sociais, levando infra-estrutura, mesmo que precária, para as periferias (redes de água luz, programas de combate a doenças transmissíveis, tiquets de leite, cestas básicas, etc.).

A luta dos movimentos populares no espaço urbano brasileiro se desenvolveu paralelamente ao crescimento das cidades e teve como protagonistas diversas categorias da população:

- Os sem-teto, que desenvolvem a ocupação de espaços ociosos até mesmo nos grandes centros e principalmente nas periferias;
- As associações de moradores, que buscam melhorias na qualidade de vida;
- Os estudantes secundaristas e universitários, pela qualidade na educação;
- Os ambientalistas, que defendem os recursos naturais, como base para a sobrevivência da população;
- Os comitês de combate à violência, proteção as crianças, mulheres, aposentados, jovens, etc;
- Os partidos políticos que atuam com bases populares e buscam a democratização do poder;
- Os sindicatos classistas, que defendem os interesses das diversas categorias de trabalhadores;
- Organizações não-governamentais e associações que defendem grupos sociais dos mais diversos (negros, meninos de rua, homossexuais, prostitutas, etc).

Os conflitos entre a sociedade civil, grupos financeiros privados e o poder público, estão diretamente ligados à construção do espaço urbano, por isso não podemos negá-los e sim, entendê-los como a forma mais direta de intervenção da sociedade na gestão do espaço.

EXERCÍCIOS RESOLVIDOS

1. (EsSA) Em 2000, o Brasil possuía um grau de urbanização de 81%. No entanto, este grau apresentava de forma desigual entre as regiões brasileiras. Pode-se dizer que tinham, em 2000, níveis de urbanização de respectivamente, 59%, 81% e 91%, eram:
 - a) Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste.
 - b) Nordeste, Sul e Sudeste.

- c) Nordeste, Sudeste e Sul.
- d) Norte, Sudeste e Centro-Oeste.
- e) Norte, Centro-Oeste e Sul.

RESPOSTA: B

Comentário: As regiões Sudeste, Sul e Nordeste já tinham atingido graus elevados de urbanização. No entanto a disparidade em relação à migração campo-cidade das regiões Sul e Sudeste em relação à região Nordeste faz transparecer o elevado grau de crescimento urbano nas regiões mais industrializadas em relação às regiões fornecedoras de mão-de-obra na produção nacional.

2. (PUC – MG) Analisando o comportamento demográfico brasileiro, é correto afirmar:

- a) As regiões que apresentam as maiores taxas de fecundidade também apresentam expectativa de vida mais elevada.
- b) Nos últimos trinta anos, houve queda nas taxas de natalidade o que não ocorreu com as taxas de mortalidade.
- c) A expectativa de vida varia na razão inversa da taxa de mortalidade.
- d) Nas regiões de maior crescimento econômico e urbanização, encontram-se as maiores taxas de fecundidade.
- e) Comparado à queda de mortalidade dos países europeus no século passado, o ritmo da queda da mortalidade no Brasil, nos últimos quarenta anos, é mais lento.

RESPOSTA: C

Comentário: Numa dada população, esperança de vida ao nascer ou expectativa de vida é o número médio de anos que um indivíduo pode esperar viver, se submetido, desde o nascimento, às taxas de mortalidade observadas no momento (ano de observação). É calculada tendo em conta, além dos nascimentos e obituários, o acesso a saúde, educação, cultura e lazer, bem como a violência, criminalidade, poluição e situação econômica do lugar em questão. Também é o número de anos que em média, uma pessoa terá probabilidade de viver.

3. (UFMG) Todas as alternativas contêm características do processo de modernização das atividades agrárias no Brasil, ocorrido a partir da década de 70, exceto:

- a) A incorporação de novos espaços agrícolas, ocupados anteriormente por matas e cerrados, e a adoção de tecnologias nos processos produtivos, de armazenagem, de distribuição e de transformação.
- b) A ocorrência de desequilíbrios ecológicos, provocados pelo uso inadequado de insumos e defensivos agrícolas, e pela utilização predatória do meio natural.
- c) A estreita vinculação ao setor industrial, responsável pela dinamização de áreas do setor agrícola, devido ao fornecimento de insumos e máquinas e à transformação da produção agrícola.
- d) A reestruturação do espaço agrário brasileiro, especialmente em áreas das regiões Sudeste e Sul, e em áreas limitadas do Centro-Oeste e Nordeste.

- e) As mudanças na estrutura fundiária e nas formas de emprego da mão-de-obra rural, que reduziram a oposição latifúndio/minifúndio e aumentaram os empregos permanentes.

RESPOSTA: E

Comentário: As novas tecnologias no campo, os novos espaços agrícolas e a reestruturação no espaço agrário brasileiro, não foram acompanhados de uma mudança nas relações de propriedade da terra e o aumento dos empregos no campo.

4. (EsSA 2008) Os últimos censos demográficos do Brasil têm registrado inúmeras mudanças na dinâmica e no comportamento da população brasileira. Todas as afirmações abaixo são exemplos destas alterações com exceção da(o):

- a) Declínio das taxas de natalidade, fecundidade e mortalidade geral.
- b) Aumento da população idosa no conjunto da população.
- c) Crescimento da população e ameaça de explosão demográfica.
- d) Elevação do número de pessoas empregadas no setor terciário.
- e) Aumento da expectativa de vida.

RESPOSTA: C

Comentário: A única alternativa que apresenta informação incorreta é a letra C, pois, embora exista um relativo crescimento populacional no Brasil, não existe uma ameaça de explosão demográfica. Conforme os estudos sobre a dinâmica da população brasileira (pg. 14–16) verificam-se quedas nas taxas de natalidade, fecundidade e mortalidade geral da população; as pirâmides etárias confirmam o aumento da população idosa e na expectativa de vida; os dados de emprego e renda revelam o crescimento do emprego no setor de serviços.

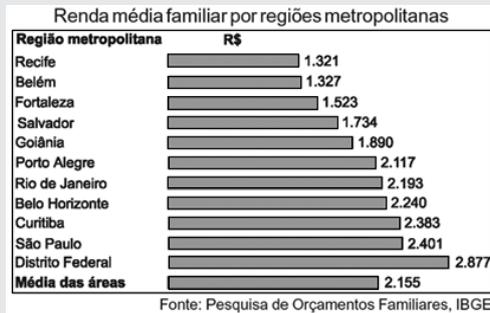
5. (EsSA 2008) Aos deslocamentos populacionais temporários relacionados às estações ou às atividades econômicas aplicamos o conceito de:

- a) Movimento Diurno.
- b) Movimento Noturno.
- c) Nomadismo.
- d) Transumância.
- e) Sedentarismo.

RESPOSTA: D

Comentário: Segundo os estudos sobre as migrações no Brasil (pg. 13) existe um tipo de migração que se caracteriza por estar ligada às estações do ano. É uma migração temporária onde o migrante sai de um determinado local em um determinado período do ano por questões de busca por trabalho e alimento, e posteriormente volta, em outro período do ano, é a chamada transumância.

1. (PUC – RJ) Observe os dados a seguir.



A partir dos dados acima, podemos afirmar, com relação à renda familiar média por regiões metropolitanas, que:

- As metrópoles da região Nordeste obtêm, no conjunto, o menor rendimento, como reflexo dos fluxos de migração masculina.
- O Distrito Federal alcança o maior rendimento devido à grande capacidade de produção do setor industrial e do setor de serviços locais.
- A região metropolitana de São Paulo se destaca em consequência do seu crescimento industrial.
- O Rio de Janeiro, por ter sido capital federal e possuir um grande contingente de servidores públicos, está hoje numa posição intermediária.
- As regiões metropolitanas do Sul e do Sudeste têm renda mais elevada porque nelas ocorrem os maiores investimentos produtivos e financeiros.

2. (PUC–RJ) A população brasileira modificou, ao longo do século XX, seus comportamentos demográficos, como mostra o gráfico:



Sobre estas mudanças, avalie as afirmativas a seguir:

- Nas primeiras décadas do século XX, as principais cidades brasileiras passaram por um processo de higienização com utilização de vacinas, criação de redes de esgotos e fornecimento de água potável, o que iniciou um processo de redução das taxas de mortalidade;
- Em meados do século XX, ocorreu uma redistribuição espacial da população com a aceleração do processo de urbanização o que acarretou a redução das taxas de natalidade;
- A partir da década de 70, os investimentos em infra-estrutura territorial possibilitaram aos meios de comunicação difundir novos padrões de comportamento para parcelas maiores da população o que contribuiu para uma maior redução nas taxas de fecundidade;

IV) A partir da crise da década de 80, as políticas governamentais de controle da natalidade permitiram a queda do crescimento vegetativo e o ingresso na fase mais avançada da transição demográfica.

Indique a opção que apresenta as afirmativas corretas:

- I e II;
- III e IV;
- I, II e III;
- II, III e IV;
- I, II, III e IV.

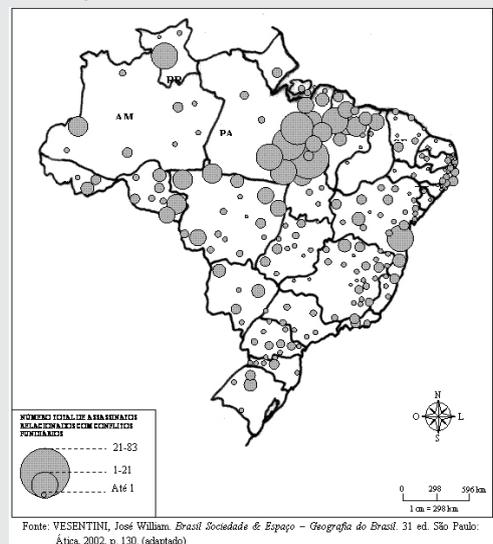
3. (UFSC) Com base na tabela que trata da população absoluta e relativa dos países mais populosos do mundo, e nos seus conhecimentos sobre esse assunto, assinale a(s) proposição(ões) CORRETA(S).

OS PAÍSES MAIS POPULOSOS DO MUNDO		
País	População absoluta (milhões de habitantes)	População Relativa (Hab./km²)
1. China	1.250	135
2. Índia	1.000	330
3. Estados Unidos	276	29
4. Indonésia	208	110
5. Brasil	169,5	20
6. Rússia	147	9
7. Paquistão	152	199
8. Bangladesh	127	966
9. Japão	126	333
10. Nigéria	120	175

Fonte: VESENTINI, J. William. Brasil Sociedade & Espaço: Geografia do Brasil. São Paulo: Ática, 2002, p. 143.

- O Brasil é um país bastante povoado.
- O Brasil é um país populoso.
- O Brasil é um país populoso e bastante povoado.
- Comparado aos principais países mais populosos do mundo, o Brasil possui uma baixa população relativa.
- Por ser um país bastante povoado, o Brasil não exige políticas de desenvolvimento regional para a ocupação do território.

4. (UFSC) No Brasil, a concentração de terras resultou numa história de conflitos, inclusive com mortes. Entretanto, esses conflitos se situam, em sua maior parte, em algumas regiões do país.



A partir do mapa que dispõe sobre os mortos em conflitos no campo no Brasil, assinale a(s) proposição(ões) CORRETA(S).

- a) Os conflitos no campo se apresentam em diferentes proporções por todo o país.
- b) Os conflitos no campo estão associados, dentre outros problemas, aos descaminhos na implantação da reforma agrária.
- c) O Estado do Pará apresenta a maior concentração de conflitos com mortes no campo.
- d) Um dos movimentos sociais que reivindicam mudanças na estrutura fundiária do país e uma melhor distribuição das terras é o Movimento dos Sem Terra (MST).
- e) Não são todos os estados brasileiros que apresentam conflitos no campo com mortes registradas.

5. **(Cesgranrio) O Brasil, a partir dos anos 30, experimentou uma transformação drástica, deixando de ser um país de população rural. Hoje, mais de 60% de sua população residem em cidades. Esse processo de urbanização apresenta como uma de suas principais características a:**

- a) Distribuição da maior parte da população pelas pequenas e médias cidades.
- b) Manutenção do predomínio das atividades primárias sobre as secundárias.
- c) Estruturação de um setor terciário pouco capitalizado, informal e hipertrofiado.
- d) Formação de apenas duas regiões metropolitanas: a Grande São Paulo e o Grande Rio.
- e) Valorização das periferias e subúrbios como local de moradia para setores sociais abastados.

6. **(UFM-PR) Em relação à população brasileira, assinale a(s) alternativa (s) correta (s).**

- I. No Brasil, a imigração intensificou-se, a partir de 1850 até 1934; a maior parte desse deslocamento de imigrantes para o país esteve ligada à necessidade de mão-de-obra para a lavoura cafeeira.
- II. Os imigrantes espanhóis fixaram-se em áreas do estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Porém, os alemães se fixaram em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Espírito Santo.
- III. A imigração japonesa concentrou-se em áreas da capital e do interior de São Paulo (Marília, Tupã, Presidente Prudente e Vale do Ribeira), no Paraná (Londrina e Maringá) e nos estados do Pará e do Mato Grosso do Sul.
- IV. As migrações pendulares nas grandes cidades, a partir de 1950, acompanham o aumento da urbanização.
- V. A migração rural-rural, de uma área agrícola para outra, é muito praticada no Brasil. Podemos incluir, neste caso, a transumância, ou seja, o trânsito dos trabalhadores rurais que vivem se deslocando em busca de trabalho, tais como os bóias-frias e os trabalhadores itinerantes.
- VI. As migrações rural-urbanas, no Brasil, também conhecidas como êxodo rural, porque dizem respeito à copiosa saída de pessoas do campo para as cidades, de forma mas

acentuada, nas décadas de 1970 a 1980. As causas principais foram a modernização e a mecanização das propriedades rurais.

São corretas as afirmações:

- a) I, III, IV, VI.
- b) III, IV, V, VI.
- c) I, II, IV, V, VI.
- d) I, II, III, IV, VI.
- e) TODAS

7. **(UFMG) Todas as alternativas apresentam problemas sociais brasileiros, exceto:**

- a) A falta de investimentos em habitações para a população mais carente tem contribuído para a favelização das cidades brasileiras, especialmente nas áreas metropolitanas.
- b) A necessidade de buscar melhores condições de sobrevivência tem originado um novo tipo de migrante, o itinerante, que se desloca de um ponto para outro.
- c) O agravamento da concentração de renda tem deixado parcela considerável de brasileiros à margem do processo de desenvolvimento e tem colocado o Brasil entre os países de maiores desníveis sociais do mundo.
- d) O aumento acentuado do número de nascimentos, por mulher em idade de procriar, tem resultado na retomada do crescimento populacional de forma inesperada e tem agravado a miséria no país.
- e) O prolongamento do período seco e a falta de investimentos em saúde no Nordeste têm contribuído para a elevação, em algumas regiões, da taxa de mortalidade infantil.

8. **(PUC-Rio)**

NÃO HÁ VAGAS

Cartazes como este são cada vez mais comuns nas portas das empresas latino-americanas. O crescimento econômico da região não foi capaz de gerar mais empregos nem melhores condições de trabalho para seus habitantes. Enquanto no período 1945/1980, a América Latina manteve uma taxa anual de crescimento econômico de 5,5%, na década de 1990, ela cresceu apenas 3,2% ao ano. Em 2001, o índice de desemprego, na região, oscilou entre 10 e 12%.

(Adaptado de PULSO latino-americano - setembro de 2001.)

Leia as afirmativas a seguir sobre o atual mercado de trabalho latino-americano.

- I. O setor informal tem crescido a medida que emprega principalmente mão-de-obra não qualificada.
- II. A legislação trabalhista, na maior parte dos países, estimula a contratação da mão-de-obra, mas dificulta a demissão.
- III. As novas tecnologias aplicadas ao setor produtivo geram mais emprego, mas exigem menor qualificação do trabalhador.
- IV. O maior período de tempo entre a demissão e a nova contratação do trabalhador aumenta o impacto da desocupação.

Assinale:

- a) se as alternativas I e IV estiverem corretas.
- b) se as alternativas II e IV estiverem corretas.
- c) se as alternativas I e II estiverem corretas.
- d) se as alternativas II e III estiverem corretas.

- e) se as alternativas III e IV estiverem corretas.
9. (UFPI) No Brasil, o processo de urbanização vem contribuindo para a formação de várias metrópoles e um considerável número de grandes e médias cidades que se relacionam, econômica e socialmente, através da oferta de bens e da prestação de serviços. Ao sistema de organização hierárquico dessas cidades dá-se o nome de:
- a) Megalópoles.
 - b) Redes urbanas.
 - c) Conurbação.
 - d) Capitais regionais.
 - e) Cidades globais.
10. (UFMG) Considerando-se os reflexos da evolução da economia brasileira na espacialização

das atividades e da população, é INCORRETO afirmar que:

- a) A oferta do setor de serviços à população se ampliou e se dispersou em consequência da expansão do número de núcleos urbanos no País.
- b) A zona rural, nas duas últimas décadas, registrou em algumas regiões agrícolas, crescimento populacional e, em outras, decréscimo no número absoluto de habitantes.
- c) O espaço econômico sofreu redução no território brasileiro, em razão da impossibilidade de se manter a oferta de trabalho na fronteira de recursos.
- d) O meio rural registrou aumento percentual da oferta de empregos, principalmente nos setores secundário e terciário da economia.

POLÍTICAS TERRITORIAIS E REGIONAIS

REGIÕES E REGIONALIZAÇÕES DO BRASIL, INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NA AMÉRICA DO SUL.

G07

A ORGANIZAÇÃO REGIONAL BRASILEIRA

Hoje, o Brasil é uma República Federativa composta por 26 estados e um Distrito Federal, conforme a Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, a sétima Carta Constitucional que o Brasil teve desde sua independência em 1822. A soma destas 27 unidades político-administrativas é igual à totalidade do território brasileiro, ou seja, 8.514.215 km². Para estudar a Geografia do Brasil e como ele se apresenta hoje, iremos estudar sua divisão em regiões.

As Regiões são porções do espaço que possuem características naturais, sociais, ou históricas semelhantes. Assim, ao regionalizarmos determinada porção do espaço, estamos agrupando determinadas características encontradas nele. O estudo regional do Brasil nos oferece bases para o conhecimento das dinâmicas humanas e naturais que formam as diferentes paisagens e contribuem para a organização espacial do Território Nacional.

As Regiões Oficiais do Brasil

Além dos fatores naturais, os fatores históricos e econômicos do Brasil podem determinar os critérios de regionalização. Conforme você já viu, desde a descoberta do Brasil até o início do século XX, nosso país apresentou-se como uma nação agroexportadora, onde o poder econômico do país esteve concentrado na mão de pequenos grupos, como os produtores da cana-de-açúcar, que dominavam a economia açucareira, os exportadores de cacau, que dominavam a economia cacaueteira e os produtores de café, que dominaram a economia cafeeira.

Como esses grupos detinham o poder econômico e político por um determinado período de tempo, tinham o poder de exigir ações governamentais que transformassem o território onde viviam e produziam suas riquezas, em centro dominante do país, organizado de acordo com seus próprios interesses.

Com a Revolução de 1930, as transformações ocorridas na economia e na política brasileira enfraqueceram o poder do grupo econômico que dominava o país na época, o dos cafeeiros, e trouxe para o país a urbanização e a industrialização, sobretudo no sudeste. Ao ser visto como um país industrial e comercial, e não apenas como uma área de produção para o exterior, o governo brasileiro achou necessário conhecer o território brasileiro em sua totalidade.

Entender os principais fluxos migratórios, as

riquezas naturais, as condições de vida da população e as principais regiões propícias para o desenvolvimento industrial eram os planos do governo brasileiro nesta época.

Assim, foi criado em 1934 e instalado em 1936 o Instituto Nacional de Estatística, que a partir de 1938 passa a denominar-se Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O IBGE passou a realizar os levantamentos econômicos, sociais e demográficos do país, com a intenção de determinar uma regionalização brasileira, que comportasse as novas relações econômicas estabelecidas no país.

Em 1946 o IBGE propôs a primeira regionalização oficial do Brasil, considerando, sobretudo os aspectos naturais e dividindo o país em cinco regiões: Norte, Nordeste, Centro, Este e Sul. Observe o mapa abaixo.

MAPA DA REGIONALIZAÇÃO OFICIAL BRASILEIRA - IBGE - 1946



Somente em 8 de maio de 1969 o IBGE tornou pública a regionalização brasileira que vigora até os dias de hoje, com pequenas modificações em seu interior. Observe estas modificações nos mapas abaixo:



Estas divisões unem todas as 27 unidades em cinco grandes regiões - denominadas macrorre-

giões, utilizando como critérios definidores os seguintes dados:

- análise populacional;
- modos de ocupação do solo;
- hábitos de produção e consumo;
- hierarquia da urbanização;
- estágio de desenvolvimento das diversas áreas (comércio, transportes, educação, saúde, etc).
- nível cultural médio dos grupos sociais.

A partir da divisão de 1969, publicada em 1º de janeiro de 1970, existiram algumas modificações de ordem político-administrativas. Em 1977, por exemplo, o estado do Mato Grosso se dividiu, tendo a porção norte, ou setentrional, permanecido com o mesmo nome e a região sul, ou meridional, do antigo estado, se transformado em um novo estado da unidade federativa, o Mato Grosso do Sul.

Outra modificação na antiga configuração (de 1969) se deu em 1988, com a transformação do Território de Rondônia em estado. Além disso, neste mesmo ano o Território de Fernando de Noronha retornou à condição de município, pertencente ao estado do Pernambuco.

Ainda em 1988, o estado de Goiás foi dividido em dois. A porção setentrional do estado passou a se denominar Tocantins e fazer parte da região norte do Brasil, enquanto a porção meridional manteve o nome original e permaneceu pertencente à região Centro-Oeste do país. Apesar disso, a atual divisão continua apresentando alguns problemas, devido à diversidade das realidades que abrange.



Vamos agora estudar as principais características de cada uma destas cinco regiões:

Região Norte

3.851.557 km², 45,3% do território nacional

Unidade	Sigla	Área (km ²)	Capital
Acre	AC	153.697	Rio Branco
Amazonas	AM	1.567.953	Manaus
Rondônia	RO	238.378	Porto Velho
Roraima	RR	225.017	Boa Vista
Pará	PA	1.246.833	Belém

Amapá	AP	142.358	Macapá
Tocantins	TO	277.321	Palmas

Fonte: IBGE

Apesar de ser a maior das regiões brasileiras, a região norte é a menos populosa, contando com aproximadamente 2 habitantes por km² (ou seja 7,6% da população total do país) distribuídos de forma dispersa, geralmente ao longo dos cursos dos rios.

A paisagem natural da região norte é marcada pelo predomínio de terras baixas, banhadas por uma extensa rede hidrográfica, na qual encontramos o rio mais extenso do mundo, o Amazonas, com 7.100 km da nascente à foz.

O clima predominante da região é o equatorial – quente, úmido e chuvoso – integrado a uma formação vegetal exuberante – a **Floresta Amazônica**.

A economia da região norte se baseia na mineração, cuja exploração tem sido feita por empresas de grande porte; na pequena industrialização, sobretudo à metalurgia de alumínio; baixo potencial agrícola, devido ao clima excessivamente úmido e solos pobres; grande distância dos grandes centros, mercado interno pobre e a presença de floresta muito densa. A criação de gado apresenta baixo rendimento e emprega pouca mão-de-obra.

As possibilidades industriais da região são boas, pois a região norte apresenta a ocorrência de jazidas minerais e grande capacidade energética (a partir das hidrelétricas). A zona Franca de Manaus é uma região do país que se transformou em plataforma de exportação, locais onde se concentram indústrias, na maioria das vezes estrangeiras, estimuladas pelo Estado a produzir para a exportação, usando mão-de-obra local de baixo custo.

Região Centro-Oeste

1.604.850 km², 18,9% do território nacional

Unidade	Sigla	Área (km ²)	Capital
Mato Grosso	MT	901.420	Cuiabá
Mato Grosso do Sul	MS	357.471	Campo Grande
Goiás	GO	340.165	Goiânia
Distrito Federal	DF	5.794	Brasília

Fonte: IBGE

É a segunda região em área territorial ocupando com seus três Estados mais o Distrito Federal apenas 18,9% do território nacional. Sua população é a menor do país, representando apenas 6,9% da população total do Brasil, ou seja, 7,2% habitantes por quilômetro quadrado.

Apesar do baixo povoamento da região, seu crescimento demográfico tem evoluído nos últimos anos, sobretudo com a criação de Brasília (em 1960) e a expansão agrícola e abertura de estradas que ligam a região ao restante do país. A população urbana da Região Centro-Oeste é de 84,4%, taxa apenas inferior ao Sudeste. Apesar disso, tal situação não se

apresenta resultante de um processo de industrialização (como no sudeste), mas de fatores político-econômicos, como os apresentados anteriormente.

O relevo se destaca pela presença de chapadas, também denominadas planaltos tabulares, que agem como importantes divisores de água entre as bacias hidrográficas que drenam a região, especialmente a Bacia Amazônica, A Bacia Tocantins-Araguaia e a Bacia Platina.

O clima predominante da região é o tropical, contando com duas estações bem definidas: verão chuvoso e inverno seco. Apresentando temperaturas elevadas o ano todo, a região centro-oeste apresenta vegetação típica de cerrado, uma formação arbustiva característica deste clima.

A economia da região centro-oeste se caracteriza por forte agricultura, fornecendo produtos como grãos (soja e arroz) para a região Centro-Sul e para exportação. A pecuária detém cerca de um quarto de todo rebanho bovino brasileiro. Apesar disso, seu setor industrial é precário e se restringe às atividades ligadas à produção agro extrativa, como as indústrias de beneficiamento de couro, além de algumas metalúrgicas e madeireiras.

Região Nordeste

1.552.614 km², 18,2% do território nacional

Unidade	Sigla	Área	Capital
Maranhão	MA	329.555	São Luís
Piauí	PI	251.273	Teresina
Ceará	CE	145.693	Fortaleza
Rio Grande do Norte	RN	53.166	Natal
Paraíba	PB	53.958	João Pessoa
Pernambuco	PE	101.023	Recife
Alagoas	AL	29.106	Maceió
Sergipe	SE	21.862	Aracaju
Bahia	BA	566.978	Salvador

Fonte: IBGE

Sendo a terceira região mais extensa do país, sua população representa 28,1% da população total do Brasil. A distribuição desta população, porém, é bastante irregular, com uma grande concentração na faixa oriental (litorânea). Assim, cerca de 70% da população da região ocupa apenas 20% do território regional.



LITORAL NORDESTINO



SERTÃO NORDESTINO



CAATINGA

Uma característica marcante da população nordestina está nos movimentos migratórios, intra-regionais e extraregionais. O movimento migratório intra-regional ocorre quando parte da população migra do sertão semiárido para o litoral, em busca de empregos em determinadas estações do ano, como no verão e no inverno, temporadas turísticas nordestinas.

As dificuldades nas condições de vida da população do sertão nordestino, devido à falta de chuvas, obriga boa parte da população à procurar emprego e qualidade de vida fora da Região, normalmente se dirigindo para outras regiões brasileiras, como o Sudeste. Este é o chamado movimento extra-regional.

O litoral úmido nordestino que se estende desde o Rio Grande do Norte até o sul da Bahia possui importantes polos turísticos e centros portuários e apresenta vegetação exuberante, a **Floresta Tropical**.

No entanto, o Sertão Nordestino, de clima semi-árido (clima quente e seco, com chuvas esparsas e irregulares), apresenta vegetação característica deste tipo de clima, a caatinga.

Podemos dividir a economia da Região Nordeste em quatro grandes regiões agrícolas:

- A **Zona da Mata nordestina** ocupa a faixa oriental da região e se caracteriza pela ocorrência de grandes propriedades, cuja produção está voltada à monocultura comercial de baixa mecanização.
- O **Agreste** é uma faixa territorial localizada entre a Zona da Mata e o Sertão. Possui uma estrutura agrária com predomínio de pequenas propriedades, dedicadas à policultura de subsistência.
- O **Sertão** abrange três quartos do espaço territorial do nordeste, caracterizado por clima quente e seco e rios intermitentes. O Rio São Francisco, por ser um rio perene, possibilita o desenvolvimento de agricultura irrigada na região. No entanto é a pecuária desenvolvida no Sertão a grande atividade econômica regional, apesar de sua baixa qualidade e pequeno rendimento.
- O **Meio Norte** é uma área de transição climática entre a Amazônia equatorial e o Sertão semi-árido, desenvolvendo uma agricultura muito pobre e pecuária de bovinos na área do cerrado.

A Região Nordeste apresenta baixa industrialização (20% do país) que absorve baixa mão de obra (9%), cujo desenvolvimento se deu a partir da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, em 1959. A SUDENE criou uma política de incentivos fiscais para a Região, que acabou atraindo capitais e empresas do Centro-Sul e do exterior para a região.

Região Sudeste

924.265 km², 10,8% do território nacional

Unidade	Sigla	Área	Capital
Espírito Santo	ES	45.733	Vitória
Rio de Janeiro	RJ	43.653	Rio de Janeiro
Minas Gerais	MG	586.624	Belo Horizonte
São Paulo	SP	248.255	São Paulo

Fonte: IBGE

A Região Sudeste, com quatro estados, é a quarta do país em extensão e ocupa 10,8% do território brasileiro, concentrando 42,6% da população e participando com mais de 75% da renda nacional. O crescimento da população da Região foi acelerado nas últimas décadas devido a região ter se transformado num grande pólo de atração em consequência de seu dinamismo econômico, no início ligado às atividades cafeeiras e posteriormente com a industrialização.

Devido a vários fatores como a latitude, a maritimidade, as massas de ar, entre outros, a Região Sudeste apresenta uma grande diversidade climática, muito embora predomine as temperaturas mais amenas no inverno e muitas chuvas no verão. Sua vegetação é formada quase totalmente de florestas úmidas, como a Mata da bacia do Paraná, e matas ciliares.



SÃO PAULO - SP

Seu alto índice populacional é reflexo do grande desenvolvimento da região, concentrando indústrias de bens de base, fontes de energia, minérios, redes rodoviárias e portos.

O Sudeste é a região mais industrializada do país, contando com as correntes migratórias que trouxeram mão-de-obra qualificada para o trabalho industrial, de outras regiões brasileiras.

Outro fator de atração populacional está na agropecuária, atividade altamente desenvolvida na

Região. Apoiado primeiramente no café, o desenvolvimento desta atividade trouxe um intenso crescimento urbano e a expansão do mercado consumidor. Mesmo a pecuária bovina se desenvolve sob altos investimentos de capital e tecnologia, produzindo grande tonelagem para fornecimento aos frigoríficos regionais.

Apesar disso, a Região Sudeste apresenta algumas áreas com baixíssimo desenvolvimento industrial, como é o caso do Vale do Ribeira, no sul de São Paulo e do Vale do Jequitinhonha, no nordeste de Minas Gerais.



VALE DO JEQUITINHONHA

Região Sul

575.315 km², 6,8% do território nacional

Unidade	Sigla	Área	Capital
Paraná	PR	199.323	Curitiba
Santa Catarina	SC	95.318	Florianópolis
Rio Grande do Sul	RS	280.674	Porto Alegre

Fonte: IBGE

Ocupando apenas 6,8% do território nacional, a Região Sul é a menor de todas as regiões brasileiras. Sua população é de 14,8% do total do país, composta predominantemente de descendentes de europeus que vieram para o Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Esta situação favoreceu a fixação dos habitantes no interior do estado, pois grande parte dos fluxos migratórios vindos da Europa procurou se estabelecer em colônias agrícolas, onde se instalaram em pequenas propriedades de base familiar, desenvolvendo a policultura.

O processo de urbanização, portanto, foi tardio, e desenvolveu-se somente entre 1950 e 1970. No entanto, a partir da década de 1970, ocorreu uma profunda mudança na estrutura rural da Região Sul, devido à expansão de lavouras comerciais de exportação.

Com a predominância do clima subtropical, onde se apresentam as menores médias térmicas do país e chuvas bem distribuídas o ano todo, a formação vegetal mais típica da Região Sul é a Mata das Araucárias, quase totalmente extinta devido à exploração do pinho e as queimadas para expansão da agropecuária.

Dependente da agropecuária, a economia da Região Sul apresenta uma agricultura moderna e diversificada. Além disso, a Região Sul é a segunda região mais industrializada do país, devido ao grande potencial de matéria-prima de origem agropecuária, mão-de-obra qualificada e grande presença de recursos energéticos, como as minas de carvão mineral e grande potencial hidráulico.

Devido à maioria das indústrias da Região Sul serem dependentes das matérias-primas agropecuárias, as principais indústrias da região são alimentícias, de produtos frigoríficos, de óleos vegetais, têxteis, madeiras, de calçados e de vestuário. Apesar disso, muitos estudiosos garantem que se no século XX foi a Região Sudeste o pólo industrial brasileiro, o século XXI reserva grandes mudanças econômicas para esta região.



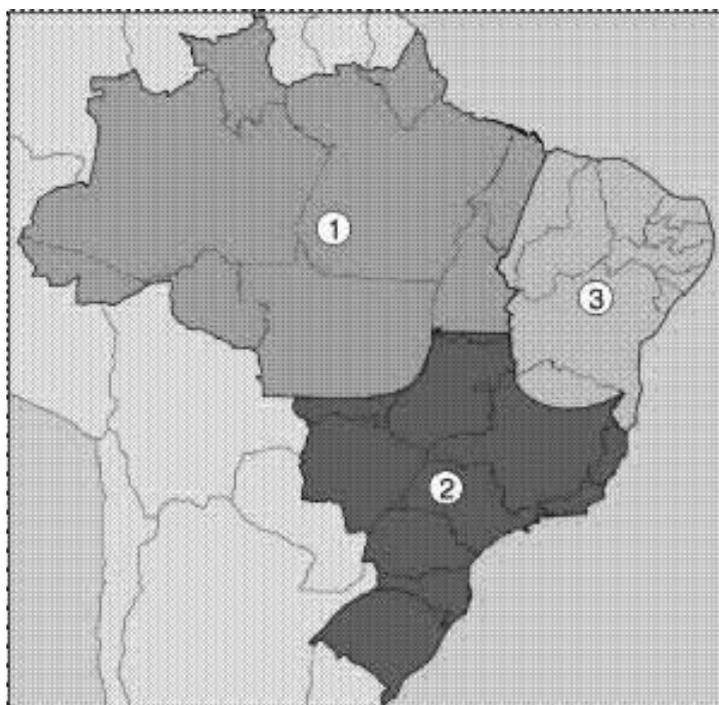
RUA XV - CURITIBA - PARANÁ

ARAUCÁRIAS

AS REGIÕES GEOECONÔMICAS DO BRASIL

Você já estudou a regionalização brasileira com base em suas divisões naturais e sócio-históricas, ou político-administrativas. Agora vamos estudar o nosso país dividido em três grandes complexos regionais, também denominados Regiões geoeconômicas brasileiras, por retratar as disparidades sócio-econômicas das diferentes áreas do território.

MAPA DAS REGIÕES GEOECONÔMICAS

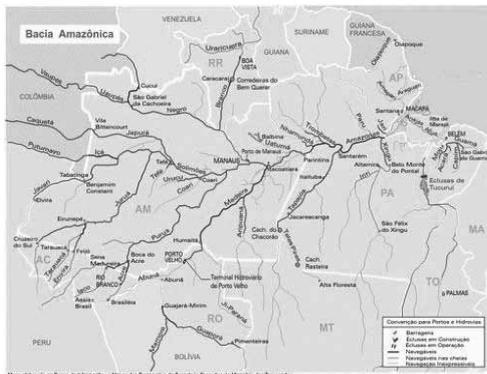


Conforme você acompanhou no texto e pode observar no mapa, a principal característica deste tipo de divisão regional é que, diferente da regionalização do IBGE vista anteriormente, não coincidem os limites das fronteiras estaduais, pois nesta divisão regional consideram-se principalmente os fenômenos sociais e econômicos. Tal divisão permite, no entanto, visualizar com maior precisão a dinâmica espacial brasileira, seus contrastes e desigualdades sociais.

Apesar de existirem muitos aspectos diferenciados mesmo dentro de um complexo regional, é preciso entender que existe a possibilidade de definir alguns elementos mais significativos, que dão uma relativa homogeneidade à região geoeconômica.

AS REGIÕES GEOECONÔMICAS: AMAZÔNIA, NORDESTE E CENTRO-SUL O COMPLEXO REGIONAL DA AMAZÔNIA

O Complexo Regional da Amazônia compreende quase 60% do território brasileiro e é conhecido mais por suas características naturais – especialmente a Floresta Equatorial – além do clima quente e chuvoso, do que por características populacionais ou capacidade produtiva, devido a um imenso vazio demográfico (contendo apenas cerca de 8% da população) e uma história econômica de relativo isolamento geográfico em relação à economia nacional.

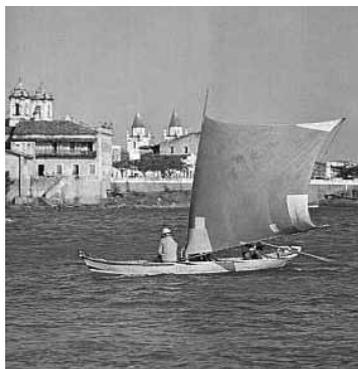


Aproveitando-se dos fluxos migratórios do Nordeste e Centro-Sul, entre 1964 e 1984 a região recebeu incentivos do governo a programas de colonização que buscava, além de ocupação territorial, a ampliação das áreas de cultivo do país. Era importante ainda, para o governo da época, diminuir os focos de tensão entre os grandes proprietários de terras e os pequenos agricultores que se concentravam ao longo dos rios.

Para assentar os colonos, o governo empreendeu a construção de grandes rodovias, como a Belém-Brasília, a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém e a Cuiabá-Porto Velho, ao mesmo tempo em que a porção oriental caracterizou-se pela implantação de grandes projetos agropecuários e de mineração, vinculados a capitais nacionais e internacionais.

COMPLEXO REGIONAL DO NORDESTE

Com uma área de pouco mais de 15% do território nacional, ao contrário do Complexo Regional da Amazônia, pode ser considerado uma região povoada, pois ali residem 25% do total de brasileiros. Apesar da diversidade de seu quadro natural, o que caracteriza a região é o quadro social e econômico que apresenta.



Apresentando uma economia de base tradicional, o Complexo Regional Nordestino apresenta alguns dos mais graves problemas sociais do país, apresentando fatores naturais (climáticos) e sócio-políticos que impedem sua dinâmica e desenvolvimento.

COMPLEXO REGIONAL CENTRO-SUL

Pode-se dizer que é a região brasileira que oferece melhores condições de vida à população, pois é nesta região que se agrupam os serviços, as atividades financeiras e as sedes de grandes empresas nacionais e de capital estrangeiro. No entanto, é nesta região que se concentram os maiores problemas sociais, onde ficam mais visíveis as disparidades sociais brasileiras.



ITAIPU

O grande desafio para o governo brasileiro, no entanto, é amenizar as grandes disparidades regionais brasileiras. Podemos observar as grandes diferenças socioeconômicas entre os complexos regionais brasileiros analisando os indicadores sociais de alguns estados. Por exemplo, conforme os dados do IBGE, enquanto no Estado do Rio Grande do Sul a taxa de mortalidade infantil é de 18,4%, no Estado de Alagoas esta mesma taxa chega a 66,1%.

Outro indicador socioeconômico utilizado pelo IBGE é a da média de anos de estudo. Analisando a população de 20 a 24 anos da Grande São Paulo, observou-se que nesta região a média de estudo gira em torno de 9 anos. O Estado do Piauí, por exemplo, apresenta uma média de 4,7 anos. Outro indicador é a taxa de analfabetismo. Enquanto na Grande Porto Alegre esta taxa se apresenta entre 4 e 4,1%, no estado de Alagoas está em 32,8% da população.

O MERCOSUL E A AMÉRICA DO SUL

Origem do mercado comum do sul

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai assinaram em 26 de março de 1991 o Tratado de Assunção, criando o Mercado Comum do Sul, MERCOSUL, que constitui o projeto internacional mais relevante com o qual estão

comprometidos esses países. Em um mundo globalizado a exigência da formação de blocos é cada vez maior, para que aconteça a proteção de empresas contra a concorrência de empresas de outras regiões. É neste contexto que surge o MERCOSUL.

O objetivo primordial do Tratado de Assunção é a integração dos quatro Estados Partes, por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma tarifa externa comum e da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes, para alcançar o fortalecimento do processo de integração.

No ano de 2000 os Estados Partes do MERCOSUL decidiram encarar uma nova etapa no processo de integração regional denominada "RELANÇAMENTO do MERCOSUL", tendo como objetivo fundamental reforçar a União Aduaneira tanto em nível intra-comunitário como no de relacionamento externo, adotando políticas fiscais que assegurem a solvência fiscal e políticas monetárias que garantam a estabilidade de preços.

Desde então os seis governos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) atuam para fortalecer os mecanismos de consulta e cooperação sobre temas de segurança e defesa existentes entre seus países, em promover sua progressiva articulação e realizar esforços conjuntos nos foros pertinentes para avançar na consolidação de acordos internacionais orientados à consecução do objetivo do desarmamento nuclear e à não-proliferação em todos os seus aspectos.

Com uma área total de quase 12 milhões de km², um mercado potencial de 220 milhões de consumidores e um PIB próximo de um trilhão de dólares, o MERCOSUL representa boas perspectivas para o futuro.

As relações entre os países membros fundamentam-se em bases políticas de interesses nacionalistas regionais a partir dos conceitos de confiabilidade, harmonia, razoabilidade e previsibilidade. Estes conceitos passaram a fazer parte da linguagem e da convivência política, econômica e social de personalidades políticas, administradores e empresários latino-americanos.

Com a formação de uma "rede de segurança política" do MERCOSUL, as regras do jogo necessárias para as inter-relações econômicas e comerciais passaram a ser definidas em um sistema de colaboração internacional.

MAPA DO MERCOSUL



Integração dos Países da América do Sul

O funcionamento deste bloco econômico trouxe certa estabilidade para o sul da América, acentuando uma trama de interesses e relações, aprofundando decisões políticas e solucionando problemas de fragmentação.

A gestão compartilhada do mercado é um primeiro passo para abordar e resolver os problemas comuns, pois estimula e garante maior racionalidade na tomada de decisões. Este sistema integrado permite aos Estados Nacionais ampliarem o seu espaço geográfico de ação, permitindo o surgimento de agentes regionais de integração, profissionais que vêm contribuindo para a construção de um espaço político comum que tem com meta a integração regional.

Para garantir a solução dos problemas e os avanços necessários em cada um destes temas será necessário muito esforço dos países latino-americanos. Neste sentido é preciso reavaliar constantemente as ações dos governos, empresas, instituições públicas e privadas, as organizações de pesquisa científica e de defesa dos interesses da sociedade civil latino-americana.

Além dos aspectos econômicos, a formação do MERCOSUL poderá trazer com o tempo, maior circulação de pessoas e serviços e deverá se desenvolver um respeito maior às diferenças de costumes, crenças religiosas, preferências artísticas e musicais.

A formação do MERCOSUL poderá com o tempo trazer conseqüências positivas para as empresas e os consumidores dos países que o formam, que são elas:

- As empresas terão mais proteção contra a concorrência de empresas que ainda não penetraram em algum dos quatro países;
- As empresas efetuarão maior troca de tecnologia podendo ter maior concorrência no mercado internacional;
- Poderão atender maior mercado consumidor;
- Melhor circulação de mercadorias entre os quatro países;
- Os consumidores terão maior quantidade de produtos;
- Maior fluxo de capital entre os países.

O MERCOSUL atualmente busca fortalecer também suas relações com a CAN (Comunidade Andina de Nações). A Comunidade Andina teve início em 1969 com a criação do Grupo Andino pelo Acordo de Cartagena (Colômbia), formado por Bolívia, Chile, Colômbia e Peru. Com a assinatura do Protocolo de Trujillo (Peru) em 1996, surgiu a CAN, união aduaneira que recebeu a adesão da Venezuela em 1973 e da qual o Chile se desligou em 1976.

Com um PIB próximo dos US\$ 270 milhões e uma população estimada em 112 milhões de habitantes, a Comunidade Andina, por meio do Peru, deu um passo importante no processo de integração regional. Além da redução gradual de tarifas, o acordo possibilitará negociações bilaterais entre o MERCOSUL e países do bloco andino. Atualmente, as exportações brasileiras para o Peru apresentam um superávit de cerca de US\$ 250 milhões. Foram assinados ainda acordos de cooperação para o acesso do Peru às informações obtidas pelo Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia) e para a construção de obras de infra-estrutura.



1. (UESPI) As regiões geográficas brasileiras possuem uma série de características históricas, naturais, econômicas e sociais que as identificam e as distinguem umas das outras. Assim, ao se falar sobre o Nordeste brasileiro, é correto afirmar que:

- a) Esta região apresenta uma grande diversidade de paisagens, que são resultado de diferentes quadros de ocupação e uso do solo, levando à existência, em seu espaço, de várias subregiões que também possuem características próprias que as distinguem uma das outras.
- b) Historicamente, foi a primeira região do país a ser ocupada pelos colonizadores, tanto que, até hoje, é a área que detém uma maior densidade demográfica.
- c) Segundo dados do IBGE, no período 1991/2000, foi o Nordeste uma das regiões brasileiras a apresentar uma elevada taxa de crescimento demográfico, tendo sido suplantado apenas pela região Centro-Oeste.
- d) A área dos cerrados baianos e piauienses, aonde, nesses últimos anos, vem se desenvolvendo uma intensa atividade agrícola, apresenta uma grande fertilidade natural.
- e) O Nordeste é uma das regiões que mais participa do Produto Interno Bruto brasileiro. Sua participação se situa em um patamar superior a 30% do total.

RESPOSTA: A

Comentário: A vegetação nordestina é bastante rica e diversificada, vai desde a Mata Atlântica no litoral à Mata dos Cocais no Meio-Norte, ecossistemas como os manguezais, a caatinga, o cerrado, as restingas, dentre outros, possuem fauna e flora exuberantes, diversas espécies endêmicas.

2. (UFMG) Com relação ao espaço ocupado pela Amazônia no Continente Sul-Americano, é INCORRETO afirmar que:

- a) A biosfera, nessa região, detém parcela considerável da água doce disponível no Planeta, bem como um banco genético cuja riqueza tem atraído redes de biopirataria.
- b) A fragilidade do ecossistema amazônico se contrapõe à exuberância da sua cobertura vegetal e, por isso, demanda a adoção de estratégias para a ocupação econômica dessa região.
- c) A ocupação recente dessa região confirma a hipótese, surgida no século XX, de que o volume de sua produção agrícola pode atender à demanda de alimentos no mundo.
- d) Os avanços e os retrocessos no processo de integração política regional fragilizam os países que compartilham especialmente a Amazônia frente às pressões da comunidade internacional.

RESPOSTA: letra C

Comentário: A crise mundial na produção de alimentos não encontrará na Amazônia uma solução para esse grave problema que a humanidade deverá enfrentar nos próximos anos. Segundo

muitos pesquisadores, o ambiente amazônico não é propício para a produção de grãos em grande escala por causa dos altos custos com insumos para corrigir nossos solos ácidos e pobres.

3. (FUVEST) A formação do MERCOSUL pode ser associada à

- a) Coincidência de interesses econômicos e políticos, existente desde o início do século XIX entre os países que dele fazem parte.
- b) Idéia de destino histórico solidário, nascida no século XIX, a partir da identidade cultural de algumas nações da América do Sul.
- c) Decisão dos EUA de exercer efetivamente o controle econômico imperialista sobre os países que o integram.
- d) Coligação dos Estados: brasileiro e argentino, para exercer o domínio comercial no Cone Sul.
- e) Necessidade dos países que o integram de enfrentar a reordenação do comércio internacional e a globalização crescente.

RESPOSTA: E

Comentário: O aprofundamento do processo de integração, com a consolidação do livre comércio e da política comercial comum na região, pretende alcançar, no futuro, um Mercado Comum. O Mercado Comum é o estado de integração econômica que compreende a União Aduaneira e o livre movimento de fatores produtivos (Capital e Trabalho). Estas necessidades são originadas das necessidades de formação de blocos econômicos para garantir a participação dos países no mercado internacional com condições mais equitativas de negociação.

PRATICANDO



1. (UFPI) Com relação às regiões brasileiras, assinale a alternativa correta.

- a) Na Amazônia, os grandes projetos de mineração transformaram a região em uma área com elevada densidade demográfica.
- b) A Região Nordeste apresenta-se homogênea, de acordo com as condições do meio ambiente natural e a organização de sua economia.
- c) As metrópoles do Centro-Sul cresceram com a contribuição dos imigrantes, além dos migrantes que vieram de outras regiões do país.
- d) Na Amazônia, as atividades agrícolas sempre foram importantes e constituíram a base econômica das exportações regionais.
- e) As migrações internas do Nordeste para a Região Centro-Sul foram acentuadas, nos últimos dez anos, em função do processo de modernização do campo nordestino.

2. (UFMG) Considerando-se a organização geoeconômica da Região Sul brasileira, é INCORRETO afirmar que

- a) A indústria da Região Metropolitana de Porto Alegre conserva profundos vínculos com a agropecuária regional, que lhe fornece importante percentual da matéria-prima processada.
- b) A proximidade geográfica do Sudeste contribui

para tornar a Região Metropolitana de Curitiba importante área receptora dos impulsos da desconcentração industrial paulista.

- c) O grau de modernização da agricultura sulina é predominantemente baixo, sobretudo nas sub-regiões de criação avícola e suína e nas de cultivo de soja.
- d) O norte do Paraná é ocupado, hoje, pela soja e outros cultivos, que gradativamente, substituíram os cafezais.

3. (UNIOESTE) Sobre o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), é correto afirmar:

- a) Os países membros estabeleceram uma Zona de Livre Comércio, uma união aduaneira e um organismo intergovernamental que permite ao MERCOSUL ter uma personalidade jurídica de direito internacional própria.
- b) Uma consequência imediata dessa integração tem sido a acelerada modernização dos países-membros. Países mais atrasados economicamente receberam e ainda recebem vultosos investimentos provenientes dos outros países membros, objetivando o desenvolvimento uniforme do conjunto dos países do MERCOSUL em curto prazo.
- c) A abertura comercial pós-Tratado de Assunção, firmado em 1991, ainda não provocou um forte aumento do intercâmbio regional, que se encontra estagnado, apresentando os mesmos índices do período anterior ao Tratado.
- d) Os países membros que assinaram o Tratado de Assunção em 1991 são o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai.
- e) Um dos maiores problemas do MERCOSUL é a grande desigualdade econômica que existe entre os seus países membros.

4. (UNIOESTE) Segundo critérios geoeconômicos, o Brasil é formado por três grandes complexos regionais: o Centro Sul, o Nordeste e a Amazônia. Sobre essas regiões é correto afirmar:

- a) Em 1959 foi criada a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento da Região Nordeste), que atuou junto aos diversos estados nordestinos, incluindo a região semi-árida do norte de Minas Gerais.
- b) Através da SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), criada em 1967, foram oferecidas condições fiscais especiais de isenção de impostos que atraíram muitas empresas, principalmente estrangeiras, para a cidade de Manaus.
- c) A região Nordeste caracterizou-se, até a primeira metade desse século, por receber grande número de pessoas vindas de outras regiões do país, mas, a partir da década de 1960, tornou-se a principal área de refluxo de pessoas nas migrações internas, tendo como causa as longas estiagens que assolaram toda a região nordestina, em especial o sertão semi-árido e a Zona da Mata.
- d) O Centro-Sul concentra a maior parte da população brasileira, sendo que das nove áreas metropolitanas do país, cinco encontram-se nessa região: São Paulo e Rio de Janeiro, as duas metrópoles nacionais; Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre, três metrópoles regionais.

- e) A Amazônia, porção do território brasileiro mais próxima da Europa, foi intensamente povoada e explorada economicamente desde o período colonial, levando a uma situação de degradação ambiental extrema, despertando o interesse de diversas organizações ambientalistas nacionais e estrangeiras, que reivindicam a implantação de projetos com caráter de "desenvolvimento sustentável" para a região.

5. **(Cesgranrio – RJ) O MERCOSUL representa um mercado com cerca de 190 milhões de pessoas e um PIB de 800 bilhões de dólares.**

A respeito desse bloco econômico, é correto afirmar que o (s):

- a) Paraguai deveria apresentar grande vantagem comparativa na produção de alimentos e bebidas, mas grandes conglomerados brasileiros acabaram, em pouco tempo, conseguindo espaço significativo nesse país.
b) Paraguai transformou-se no principal parceiro comercial do Brasil, que hoje não poderia dispensar as importações daquele país.
c) Brasil apresenta vantagens em relação aos outros parceiros, uma vez que sua economia possui grande capacidade instalada para atender ao MERCOSUL.
d) Setores industriais do Brasil e da Argentina se equivalem, já que está no mesmo nível de desenvolvimento tecnológico.
e) Altos investimentos uruguaios no setor industrial facilitam sua condição de concorrente mais capacitado dentro dessa organização.

6. **(PUC – SP) "A fronteira amazônica só pode (...) ser compreendida a partir da inserção do Brasil no sistema capitalista global do pós Segunda Guerra Mundial, em que o capitalismo atua no espaço planetário, mas os Estados nacionais conservam suas funções de controle e hierarquização, constituindo agentes primordiais na produção do novo espaço."**

(Berta K. Becker. Amazônia. São Paulo, Ática, 1991.)

Observe as afirmações que seguem e assinale a que se opõe à visão da autora:

- a) Pensando numa hierarquia entre os três níveis de organização espacial – regional, nacional e internacional (ou mundial) –, verificaremos que é o escalão correspondente ao espaço nacional o principal agente no controle da organização territorial de um país.
b) A criação do Programa Grande Carajás, em 1980, tendo a frente a empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), exemplifica a estratégia do Estado brasileiro para uma nova fase de ocupação da fronteira amazônica.
c) No período atual, marcado pela expansão do capitalismo em escala mundial, perde importância a ação dos Estados nacionais do ponto de vista financeiro e político e, também, no que se refere à gestão do território sob sua responsabilidade.
d) O Estado brasileiro teve papel fundamental no estímulo, viabilização e gestão das operações de integração territorial, como mostra o caso da ocupação da Amazônia, a partir da política federal de incentivos fiscais.
e) O Estado brasileiro, na figura de seus governantes, elaborou planos de criação de infra-estrutura para a ocupação da fronteira amazônica. Destacaram-se a construção de estradas, como a Transamazônica, e de usinas hidroelétricas.

7. **(Vunesp – SP) Sobre o processo de regionalização no Brasil, afirma-se:**

- I. A Região Sudeste exerce um poder imperialista sobre

as demais regiões brasileiras, impossibilitando um desenvolvimento homogêneo no país.

- II. As cinco macro regiões (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste) foram definidas pelo IBGE como correspondentes a regiões completamente homogêneas.
III. O processo de divisão social do trabalho, que implica divisão territorial do trabalho, tem como uma de suas resultantes a formação de regiões diferenciadas entre si.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I é verdadeira.
b) Apenas a afirmativa II é verdadeira.
c) Apenas a alternativa III é verdadeira.
d) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
e) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.

8. **(FGV – SP) O Nordeste é uma região brasileira em que dominam os fatores de expulsão demográfica por que:**

- a) As secas periódicas deslocam os flagelados para outras regiões.
b) É muito pobre e não pode sustentar a sua população.
c) As famílias nordestinas são muito prolíficas, o que provoca excedente demográfico.
d) Sua economia não cresce à mesma velocidade que seu crescimento demográfico.
e) Os meios de comunicação de massa incentivam a migração, divulgando falsas notícias sobre as cidades do Sudeste.

9. **(Cesgranrio – RJ) Uma extensa parte da Região Centro-Oeste tem passado por uma grande modernização nos últimos anos.**

Assinale a opção que indica um fator de estímulo a esse processo:

- a) Transbordamento da economia das regiões Sul e Sudeste.
b) Ocorrências de uma formação vegetal homogênea, que tem construído para dinamizar a indústria extrativa.
c) Ocorrência de solos férteis, o que dispensa tratamento especial, possibilitando menor custo de produção agrícola.
d) Distribuição regular de chuvas, proporcionando maior número de colheitas durante o ano.
e) Importantes jazidas minerais, que atraíram uma grande concentração de indústria de base.

10. **(UFMG) Nas últimas décadas do século XX, dois blocos de Novos Países Industrializados (NPI) surgiram no Terceiro Mundo: um na Ásia e outro na América Latina.**

Sobre a industrialização desses países, todas as afirmativas estão corretas, exceto:

- a) Os asiáticos abriram-se ao capital estrangeiro e tiveram um impulso industrial muito mais rápido que os latino-americanos.
b) Os asiáticos optaram, desde o início, por indústrias de alto desenvolvimento tecnológico, competindo com os países industrializados.
c) Os latino-americanos adotaram, inicialmente, o modelo de substituição de importações tendo como base um mercado interno numeroso.
d) Os latino-americanos tiveram, durante muito tempo. Seu mercado protegido pelo Estado, que fechou as fronteiras à concorrência estrangeira.

Gabarito



G05

- | | | | | |
|------|------|------|--------|--------|
| 1. A | 2. E | 3. C | 4. C/E | 5. D/E |
| 6. D | 7. D | 8. D | 9. A | 10. D |

G06

- | | | | | |
|------|------|--------|------------|-------|
| 1. E | 2. C | 3. B/D | 4. A/B/C/D | 5. A |
| 6. E | 7. D | 8. A | 9. B | 10. C |

G07

- | | | | | |
|------|------|------|----------|-------|
| 1. C | 2. C | 3. D | 4. A/B/D | 5. C |
| 6. C | 7. C | 8. A | 9. B | 10. D |

